

1896

Junio de un phavé e bmito
Las Cajas...

Alto de...

CIDADE(S) FRAGMENTADA(S)

VIDA MATERIAL E CONEXÕES
SOCIAIS EM CAJAZEIRAS, PB
(1876 - 1890)

Viviane Gomes de Ceballos, Ayrle Alves de Figueiredo
(Organizadoras)

CIDADE(S) FRAGMENTADA(S):

VIDA MATERIAL E CONEXÕES SOCIAIS EM CAJAZEIRAS, PB (1876-1890)

Viviane Gomes de Ceballos
Ayrle Alves de Figueiredo

(Organizadoras)

CIDADE(S) FRAGMENTADA(S):

VIDA MATERIAL E CONEXÕES SOCIAIS EM CAJAZEIRAS, PB (1876-1890)

1ª Edição

Quipá Editora
2021

Copyright © dos autores e autoras. Todos os direitos reservados.

Esta obra é publicada em acesso aberto. O conteúdo dos capítulos, os dados apresentados, bem como a revisão ortográfica e gramatical são de responsabilidade de seus autores, detentores de todos os Direitos Autorais, que permitem o download e o compartilhamento, com a devida atribuição de crédito, mas sem que seja possível alterar a obra, de nenhuma forma, ou utilizá-la para fins comerciais.

Normalização: dos autores e autoras.

CONSELHO EDITORIAL:

Me. Adriano Monteiro de Oliveira, Editor-chefe, Quipá Editora

Dra. Anny Kariny Feitosa, Instituto Federal do Ceará (IFCE) / Dr. Iarê Lucas Andrade, Universidade Regional do Cariri (URCA) / Dra. Patrícia Verônica Nunes Carvalho Sobral de Souza, Universidade Tiradentes / Me. Anna Ariane Araújo de Lavor, Instituto Federal do Ceará (IFCE) / Dra. Thiago Barbosa Soares, Universidade Federal do Tocantins (UFT).

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Cidade(s) fragmentada(s) : vida material e conexões sociais em Cajazeiras, PB C568 (1876-1890) / Organizado por Viviane Gomes de Ceballos e Ayrle Alves de Figueiredo. — Iguatu, CE : Quipá Editora, 2021.
78 p. : il.

ISBN 978-65-89091-76-9
DOI 10.36599/qped-ed1.059

1. História – Cajazeiras, PB. I. Ceballos, Viviane Gomes de. II. Figueiredo, Ayrle Alves de. III. Título.

CDD 981.33

Elaborada por Rosana de Vasconcelos Sousa — CRB-3/1409

Obra publicada pela Quipá Editora em junho de 2021.

Quipá Editora
www.quipaeditora.com.br
@quipaeditora

SUMÁRIO

PALAVRAS INICIAIS –CIDADES FRAGMENTADAS.....	05
<i>Viviane Gomes de Ceballos</i>	
CAPÍTULO 1.....	13
INVENTÁRIOS <i>POST-MORTEM</i> COMO FONTE HISTÓRICA – DESAFIOS DE UMA TRAJETÓRIA DE PESQUISA POSSÍVEL	
<i>Ayrle Alves de Figueiredo</i>	
CAPÍTULO 2.....	27
O ALTO SERTÃO E SUAS POTENCIALIDADES: CARACTERÍSTICAS DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E URBANO DE CAJAZEIRAS-PB	
<i>Ana Victoria de Medeiros Oliveira</i>	
CAPÍTULO 3.....	38
DESAFIOS DE TRABALHO COM DOCUMENTAÇÃO MANUSCRITA	
<i>Everson Moura da Silva</i>	
CAPÍTULO 4.....	52
ANÁLISE E ORGANIZAÇÃO DE DADOS	
<i>Hava Mariana de Oliveira Santana</i>	
SOBRE OS AUTORES.....	77
ÍNDICE REMISSIVO.....	78

PALAVRAS INICIAIS - CIDADE(S) FRAGMENTADA(S)

Viviane Gomes de Ceballos¹

O importante não seria qualquer tipo de resultado fixo, mas sim o próprio processo aberto, uma renúncia do fixar (JACQUES, 2018).

O diálogo transdisciplinar permite a compreensão da cidade como espaço plural, moldado e marcado pela ação de urbanistas, planejadores, administradores, mas também pela trajetória e pela atuação de seus mais diversos habitantes. Mesmo sabendo do caráter fragmentário da cidade, a proposta deste livro é empreender uma bricolagem dos diversos e distintos textos que esses personagens criam e que dão forma à uma ou diversas cidades. Nestas páginas alguns fragmentos que compõem a cidade de Cajazeiras no sertão paraibano apresentar-se-ão como possibilidade de elaboração de sua história, ou porque não dizer, suas histórias.

Pensar a cidade constitui cada vez mais um desafio ao historiador e ao seu habitante. A sua complexidade e pluralidade salta aos olhos a partir da percepção de que não se constitui apenas pelo traçado de suas ruas e conjunto de construções erguido nela; a cidade é construída também pela cultura material presente em registros documentais que nos fazem adentrar as casas e compreender um pouco das sociabilidades e dos hábitos de sua população. A carência de reflexões sobre a história de Cajazeiras, sobretudo em uma perspectiva que extrapola o enfoque político e memorialístico, nos impele a divulgar os resultados de um projeto de pesquisa ainda em andamento, mas que já aponta para algumas leituras, e que intenciona contribuir com este debate.

Historicamente reconhecida como “a cidade que ensinou a Paraíba a ler” (CALDEIRA, 1987), Cajazeiras forja-se a nossos olhos como um espaço marcado por uma ligação incontestável com a figura do padre Inácio de Sousa Rolim. Falar de uma historiografia desta cidade é falar majoritariamente de textos memorialísticos, ou produzidos por autodidatas, diletantes, pessoas “ilustres” da cidade e da região que se debruçaram sobre a trajetória de suas famílias e nelas reconheceram também a história da cidade. Os textos que se dedicam a contar a história de Cajazeiras estão marcados por narrativas pautadas na memória, na experiência de uns poucos moradores que têm condições de deixar impressas as suas impressões e vivências nesse espaço, ou como afirma Tota Assis Costa (2013, p. 16), “memórias não somente suas e de sua

¹ Professora Adjunto IV do Curso de Licenciatura em História do Centro de Formação de Professores - CFP/UFCG, Coordenadora do Projeto de Pesquisa "Cidade(s) Fragmentada(s): cultura material e conexões sociais em Cajazeiras, PB (1890-1910)" junto ao PIBIC/CNPq. Pesquisadora vinculada ao Centro Interdisciplinar de Estudos da Cidade CIEC/UNICAMP.

família, mas memórias que eu julgo serem históricas da Cajazeiras que adotei como minha terra, pelo tanto que aqui aprendi, sofri, trabalhei e amei”.

Entendemos que a cidade “não conta o seu passado, ela o contém como as linhas da mão, escrito nos ângulos das ruas, nas grades das janelas, nos corrimãos das escadas, nas antenas dos pára-raios, nos mastros das bandeiras, cada segmento riscado por arranhões, serradelas, entalhes, esfoladuras” (CALVINO, 2015, p. 14), ou nas falas dos seus tantos moradores, pessoas que tem sua trajetória modificada por esse espaço e pela relação que estabelecem com ele e, por sua vez, imprimem na cidade as marcas de sua experiência. Pensar a cidade a partir desses personagens, de seus habitantes, é tornar possível uma leitura que a entenda como plural, diversa e fluida. Nossa intenção é, portanto, deixar conhecer a cidade de Cajazeiras, a partir dos fragmentos deixados nos inventários post-mortem presentes na segunda Vara Cível do Fórum Dr. Ferreira Júnior entre os anos de 1876 e 1900.

O século XIX representou o momento de institucionalização da história enquanto ciência. Nesse momento, o saber histórico ganhou contornos de uma disciplina e criou um método científico próprio para o trabalho do historiador. No período Imperial, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) tomou para si a responsabilidade pela produção de uma história do Brasil, uma produção de identidades e territorialidades baseada na busca incessante, compilação, organização e acondicionamento de vasta pesquisa documental. Numa estreita relação com o Estado, visando a manutenção da ordem e da integridade territorial, o IHGB intencionou construir uma ideia de nação. O principal objetivo do Instituto foi “coligir, metodizar, publicar ou arquivar os documentos para a história e geografia do império do Brasil: e assim também promover os conhecimentos destes dois ramos filológicos por meio do ensino público” (CALLARI, 2001, p. 67). Caberia, assim, aos intelectuais do IHGB a formulação, a definição do projeto de nação de que se falava naquele momento e que tanto se almejava.

Seguindo estes preceitos, formaram-se os Institutos Históricos provinciais ligados e fiscalizados pela sua matriz localizada na capital imperial. Já no período Republicano, em 1905, na Assembleia Legislativa do estado paraibano, na presença do Presidente do Estado, do Bispo da Diocese e ilustres figuras políticas, fundou-se o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano. De acordo com o patrono da Academia Paraibana de Letras e então Deputado Federal, João Pereira de Castro Pinto, o Instituto representava a consagração “ao estudo e ao amor do passado”. (Termo da Fundação do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, 07 de setembro de 1905) Afirmação que simboliza a importância das coleções consideradas históricas e seu armazenamento como princípio norteador de um significado da paraibanidade e constituição de sua história.

Em Cajazeiras, no ano de 1990 em em sessão da Câmara Municipal, o Deputado Federal Edme Tavares lançou a ideia da criação do Instituto Histórico de Cajazeiras (IHC). Uma instituição que funcionaria aos moldes dos Institutos Históricos – espaço de armazenamento e de preservação de uma memória para a cidade. De acordo com o jornalista Fernando Caldeira, Cajazeiras é uma cidade que “sobre a pilastra da educação e da cultura conseguiu destaque no cenário estadual, projetando-se inclusive fora das fronteiras paraibanas, e revelando nomes ilustres da vida sócio-política e econômica da região”. Cajazeiras é também reconhecida como “a cidade que ensinou os sertões a ler” (CALDEIRA, 1987, p. 231). Nada mais justo que tivesse uma instituição dedicada exclusivamente à preservação de sua memória histórica.

De acordo com os editores do “Pátria Jornal” (em edição histórica alusiva aos 80 anos de aniversário do primeiro jornal cajazeirense), nas décadas de 1920 e 1930, a cidade era considerada um espaço sertanejo de efervescência cultural: “a história de Cajazeiras é a mais bonita dos sertões nordestinos. Precisamos recontá-la. [...] Amigos, o PROJETO RESGATE tem um só objetivo: manter na lembrança da nossa gente, tanto quanto possível, os nomes dos que se fizeram merecedores do nosso reconhecimento e admiração” (PÁTRIA JORNAL, 2003, p 3). O jornal continua a defender, em pleno século XXI, a importância do resgate de uma memória local a partir da trajetória de seus filhos ilustres. Percebe-se que anos antes da fundação efetiva do Instituto já se constituía a imagem de um passado idílico, uma “era de ouro” que deveria ser preservada e contada para as futuras gerações. Certamente, o resultado disso foi a concretização da iniciativa da Câmara Municipal, na figura do Deputado Edme Tavares, em fundar o Instituto Histórico de Cajazeiras situado, inicialmente, no edifício do antigo Grêmio Artístico Cajazeirense, no centro da cidade. Atualmente, o acervo bibliográfico do IHC encontra-se em uma sala na entrada da Biblioteca Municipal.

Diante desse breve histórico sobre o significado da memória sacralizada pelos Institutos, torna-se imperioso pensar e problematizar a importância da elaboração destas memórias para a cristalização de imagens em monumentos, de memórias históricas também monumentalizadas. Práticas oficiais que elegem personalidades e que escolhem e destacam eventos para a elaboração da história de uma cidade. Ao discutir a relação entre história e memória, Jacques Le Goff (1994) afirma que “de facto, o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efectuada quer pelas forças que operam o desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores” (LE GOFF, 1994, p. 535). Em outras palavras, há que se refletir sobre a anfibologia do significado do documento. Perguntamo-nos, por fim, se é possível ao historiador – que constrói o passado, que elege monumentos, que cria memórias de um espaço – conhecer esta

cidade enquanto unidade. Acreditamos que a necessidade de criar um Instituto Histórico e reunir documentos das mais diversas matizes (livros, revistas, jornais, fotografias, programas de rádio, etc.), nos permite pensar essa cidade muito mais enquanto multiplicidade do que monumentalidade.

A carência de pesquisas sobre a cidade, a ausência de trato com a documentação, principalmente, da que trata dos primeiros anos pós-emancipação, salta aos nossos olhos como uma lacuna que precisa ser trabalhada. Sem a intenção ou a pretensão de colmatar essas lacunas, de reconstituir o tecido histórico de Cajazeiras, esse texto lança-se ao desafio de vislumbrar através desse tecido, coçado, puído, esgarçado as tramas constituintes da história desta cidade que permanece silenciada. A leitura dos inventários *post-mortem* presentes no acervo do Cartório da 2ª. Vara Cível do Fórum Dr. Ferreira Júnior na cidade de Cajazeiras tem nos permitido vislumbrar inúmeras possibilidades de pesquisa sobre esta cidade, bem como entrever as relações que nela se desenrolaram, ou mesmo perceber, através das propriedades e bens inventariados, as áreas da cidade que eram mais densamente ocupadas, bem como a cultura material ali presente. Entendendo que

a partir da análise dos bens deixados, do que era inventariado, da forma como se procedia a partilha, entre outras características, vislumbramos os valores econômicos, sociais e até culturais de uma sociedade. Apesar de ser único, ou seja, cada documento se referir a uma única pessoa e família, o conjunto de inventários de todo um período nos possibilita uma análise social mais ampla (TEIXEIRA, 2012, p. 65).

O diálogo com Adriano Teixeira (2012) se impõe na medida em que não é novidade o trabalho de historiadores com os inventários *post mortem* como fonte. Novas são as perspectivas, as questões lançadas a essa documentação e que permite ao historiador conhecer outros aspectos e adentrar por outras portas constituintes do espaço citadino. Como afirma Magalhães (1989) “é como se tivéssemos em mãos uma câmera indiscreta vasculhando os meandros da casa, o vestuário, o mobiliário, o vasilhame, a despensa, o quintal, o sítio, as datas de minerar e, sobretudo, a mão-de-obra.” (*apud.* TEIXEIRA, 2012, p. 65)

O estudo do patrimônio privado das famílias de Cajazeiras é baseado em sentidos atribuídos ao ato de possuir algo, pois “[...] sua posse poderia simbolizar diferenciação social, já que apenas as famílias mais abastadas tinham condição de adquiri-los.” (ALENCAR, 2014, p. 56), como também condições financeiras necessárias à abertura desse tipo de processo. Vale lembrar que os bens inventariados seguem um padrão de valor monetário e simbólico. O valor monetário representa o viés da dita riqueza em si, enquanto o simbólico tem um sentido imagético atribuído em referência a um status social. A posse de determinados bens confere um

status ou uma ligação social distintas, como no inventário em que é definida a posse de “huma meza de sedro, velha, com duas gavetas” (sic) quando não há nenhum registro de cadeira ou banco para se sentarem à mesa. A posse de um bem como uma mesa de cedro constitui mais um valor simbólico do que monetário. Diferente dos inventários, os Testamentos, feitos ainda em vida, são comumente anexados a estes processos, mas em nossa pesquisa é algo que raramente aparece. A relação de ambos se justifica pela administração e destinação de bens entre herdeiros, um feito em vida e o outro após o falecimento do(a) inventariado(a).

Como consequência do modo como essa documentação está originalmente arquivada, outros tipos de processos estavam juntos aos inventários, o que nos permitiu ampliar o nosso olhar e perceber o envolvimento de alguns dos personagens encontrados na pesquisa em outros momentos de sua vivência na cidade. A intenção consiste em coletarmos informações que de algum modo pudessem estar relacionadas com os inventários, como a exemplo de processos em que são feitas prestações de contas sobre os bens de menores sob tutela de um responsável (Tutor) que geralmente é nomeado ainda durante a elaboração dos inventários.

Segundo Azevedo (2007), o cargo de Juiz de Órfãos existe desde o Brasil Colônia. Assim como os inventários, os processos de Tutela eram comuns a esse juizado. A finalidade da tutela consistia na proteção e cuidado do menor e seus bens até que atingisse a maioridade (21 anos), mesmo com a mãe ainda viva, pois esta na maioria dos casos não detinha o direito de cuidar de seus filhos e/ou administrar seus bens. Ainda assim, os tutores nomeados ficavam condicionados à prestação de contas sobre os bens de seus(suas) tutelados(as).

No Brasil, até o início do século XVIII, essa função era exercida pelos juizes ordinários, magistrados sem formação em Direito. Como reflexo do crescimento populacional da colônia, no dia 2 de maio de 1731, foi regulamentado no Brasil o cargo dos juizes de órfãos. A partir de então, as questões relativas a órfãos menores de idade passaram a ser de sua alçada (AZEVEDO, 2007, p. 2).

A Comarca de Cajazeiras desde 1876 (o ano inicial da documentação)² já contava com um Juiz de Orphãos (sic) e um Juiz de Direito conforme aponta a documentação pesquisada. Atribuições simbólicas, distinção social, composição de Cabedal e o uso social do espaço são discussões estabelecidas a partir da cultura material da época relacionada ao aspecto privado do lar e práticas movidas conforme o interesse das famílias.

Neste livro apresentamos os personagens, bens e familiares que tiveram seus inventários registrados na cidade de Cajazeiras, PB bem como algumas reflexões que nos permitiram mapear

² Indicamos aqui o ano de 1876 por ser o ano inicial de análise da documentação e ser o ano de emancipação política da cidade de Cajazeiras.

e conhecer parte da cultura material daquela sociedade. Uma leitura prévia de alguns desses documentos nos permite afirmar a sua riqueza e importância para se conhecer a história da região. Há registros de inventariantes residentes em cidades do entorno de Cajazeiras; registros de posse de escravizados(as) e de disputa de escravos anteriormente doados ao falecido (mesmo se tratando de um período em que a escravização já havia sido abolida); disputas entre herdeiros que contestam a condução dos inventários (uma vez que acusam a viúva e seu novo companheiro de terem acelerado o processo para se beneficiarem na partilha); dívidas que são contestadas e fortunas que são dizimadas por elas... esses são apenas alguns dos aspectos que pudemos perceber e vislumbrar como possibilidades de inserção na sociedade Cajazeirense do final do século XIX e início do século XX.

Desta forma, este livro busca trazer reflexões e servir de estímulo para as pesquisas sobre a história de Cajazeiras. Em seu primeiro capítulo, Ayrle Alves de Figueiredo³ apresenta as potencialidades e os limites de pesquisa com os inventários *post-mortem*. A autora discute as definições em torno desta fonte, possibilidades metodológicas e, sobretudo, as escolhas feitas pelo grupo de pesquisa no trabalho com essa fonte. As discussões e análises realizadas com a documentação, nos levaram a perceber aspectos da vida em Cajazeiras que ganharam importância para a construção da sua história. Nesse sentido, entender o desenvolvimento urbano vivenciado em Cajazeiras pressupõe uma estreita discussão sobre o seu desenvolvimento econômico. A crescente produção algodoeira, o comércio com outras praças emergem como preocupações da pesquisadora Ana Victória de Medeiros Oliveira⁴ e compõem o segundo capítulo desta coletânea.

Os desafios de trabalho com inventários e outras fontes manuscritas são imensos e vão desde o estado de manutenção das fontes ao entendimento da grafia e das regras de escrita características do final do século XIX no Brasil. Neste sentido, o pesquisador Everson Moura da Silva⁵ apresenta no terceiro capítulo deste livro uma discussão sobre a paleografia e as suas contribuições para a análise, leitura e entendimento da fonte manuscrita. Os resultados de algumas análises empreendidas são apresentados no quarto capítulo desta coletânea produzido

3 Graduanda do Curso de Licenciatura em História do Centro de Formação de Professores - CFP/UFCEG, bolsista PIBIC/CNPq no projeto de pesquisa "Cidade(s) Fragmentada(s): cultura material e conexões sociais em Cajazeiras, PB (1890-1910)".

4 Graduanda do Curso de Licenciatura em História do Centro de Formação de Professores – CFP/UFCEG, voluntária no projeto de pesquisa "Cidade(s) Fragmentada(s): cultura material e conexões sociais em Cajazeiras, PB (1890-1910)".

5 Graduando do Curso de Licenciatura em História do Centro de Formação de Professores - CFP/UFCEG, voluntário no projeto de pesquisa "Cidade(s) Fragmentada(s): cultura material e conexões sociais em Cajazeiras, PB (1890-1910)".

pela pesquisadora Hava Mariana de Oliveira Santana⁶. Aqui, a metodologia do trabalho de pesquisa, bem como o diálogo com outros pesquisadores foi de fundamental importância para o processo de educação do nosso olhar e o nosso amadurecimento na relação com as fontes. Apresenta também um registro dos processos já catalogados e analisados pelo grupo de pesquisa. Que a viagem por essas páginas os inebrie e os instigue a conhecer mais essa cidade do sertão paraibano!!

REFERÊNCIAS

ARGAN, Giulio. “O espaço visual da cidade”. In: **História da Arte como História da Cidade**. São Paulo, Martins Fontes, 1993.

BENJAMIN, Walter. “O Narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov”. In: **Obras escolhidas I – Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994, pp. 197-221.

BENJAMIN, Walter. **Paris, capital du XIXe siècle**. Le livres de passages. *Apud*. BRESCIANI, Maria Stella Martins. História e historiografia das cidades, um percurso. In: FREITAS, Marcos C. (org.) **Historiografia brasileira em perspectiva**. 6 ed. São Paulo: Contexto, 2007, pp. 237-258.

BOLLE, Willi. **Fisiognomia da Metrópole Moderna**. São Paulo: EDUSP, 1994.

BRESCIANI, M. S. M. & NAXARA, M. (orgs.) *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

BRESCIANI, M. S. M. “História e Historiografia das cidades, um percurso” In: FREITAS, M. C. de. **Historiografia Brasileira em Perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998.

BRESCIANNI, M. S. M. “Cidades: espaço e memória” In: *O Direito à Memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: DPH, 1992.

CALDEIRA, Fernand. A (R) Urbanização paraibana – Cajazeiras, “a cidade que ensinou a Paraíba a ler”. In: MELO, José Otávio de Arruda (coord.) *Capítulos de história da Paraíba*. Campina Grande: Grafset, 1987.

CALLARI, Claudia Regina. Os Institutos Históricos: do patronato de D. Pedro II à construção do Tiradentes. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 21, nº 40, p. 59-83. 2001.

DUBY, G. e LARDREAU, Guy. *Diálogos sobre a nova história*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1989.

FERRARA, Lucrecia D. **Ver a Cidade**. São Paulo: Nobel, 1988.

⁶ Graduanda do Curso de Licenciatura em História do Centro de Formação de Professores – CFP/UFCG, voluntária no projeto de pesquisa "Cidade(s) Fragmentada(s): cultura material e conexões sociais em Cajazeiras, PB (1890-1910)".

GAGNEBIN, Jeanne Marie. “Prefácio: Walter Benjamin ou a história aberta”. In: BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas I – Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994, pp. 7-20.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1994. LENHARO, A. **Sacralização da política**. Campinas, SP: Papirus, 1986.

MARTINEZ, Cláudia Eliane Parreiras Marques. **Riqueza e escravidão**. Vida material e população no século XIX – Bonfim do Paraopeba – MG. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2007.

O REBATE. Propriedade e direção política de Marcolino Diniz. Edição histórica alusiva aos 80 anos. Cajazeiras, 22 de agosto de 2005.

O RIO DO PEIXE. Orgam litterario, noticioso e de orientação catholica. Edição histórica alusiva aos 80 anos. Cajazeiras, 22 de agosto de 2004. Gráfica Real, 1500 exemplares.

PÁTRIA JORNAL. Edição Histórica Alusiva aos 80 anos. Cajazeiras, 22 de agosto de 2003. Gráfica Real, 1500 exemplares.

SÁ, Cristina. “Olhar Urbano, Olhar Humano: uma apresentação” In: **Olhar Urbano, Olhar Humano**. São Paulo: IBRASA, 1991.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SCHAARF, M. B. e GOUVÊIA, R. R. “Significados da Urbanização: traços e fontes do historiador”. In: SÁ, C. (org.) **Olhar Urbano, Olhar Humano**. São Paulo: IBRASA, 1991.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental In: VELHO, Otávio Guilherme (org.) **O fenômeno urbano**. (trad. Sérgio Marques dos Reis) 3 ed. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1976, p. 11-25.

TEIXEIRA, Adriano Braga. Inventários *post mortem*: possibilidades de pesquisa a partir de uma fonte plural. **Mal-Estar e Sociedade**. Ano V, n. 8, Barbacena – janeiro-junho/2012, p. 63-83.

CAPÍTULO 1

INVENTÁRIOS *POST-MORTEM* COMO FONTE HISTÓRICA – DESAFIOS DE UMA TRAJETÓRIA DE PESQUISA POSSÍVEL

Ayrle Alves de Figueiredo

A vida material a partir dos inventários

Considerar a materialidade como possibilidade para pensar a sociedade e suas personagens é uma proposta desafiadora e até certo ponto uma novidade na historiografia local. Segundo Marcelo Redes (2012), a experiência histórica falhou em considerar a importância da dimensão material da existência humana, por tempos se conferiu à cultura material um papel ilustrativo privilegiando-se fontes escritas e questões políticas como centrais para a história. Por muito tempo, nós como historiadoras(es) deixamos de considerar a cultura material como fonte frutífera para as narrativas sobre o passado, o que não significa dizer que não existam trabalhos na historiografia brasileira versando sobre os objetos do cotidiano e valor monetário dos bens. Obras como *Vida e Morte do Bandeirante* (1929) de Alcântara Machado e *Casa Grande e Senzala* (1933) de Gilberto Freyre foram trabalhos pioneiros nos estudos sobre a sociedade a partir de uma abordagem que evidenciava a cultura material. Contudo, o diálogo aproximado com a arqueologia possibilitou a leitura dos objetos e seus usos, estando estes para além de sua condição física e permitindo visualizar relações sociais e mesmo condições de posse de determinados bens, ou seja, buscando entender historicamente a sociedade.

O recorte temporal escolhido para esta pesquisa, nos apresenta diferentes desafios e temáticas possíveis de serem trabalhados, sendo possível apreender significados e usos da posse de bens no final do século XIX no sertão da Paraíba. Neste sentido, dedicamo-nos a pensar as redes sociais estabelecidas na recém emancipada cidade de Cajazeiras, através dos dados presentes nos inventários *post mortem* registrados no local entre os anos de 1876 e 1900. O interesse pelo cotidiano e pelos bens de uma família inventariada atravessa o sentido da riqueza econômica que esta podia ter e assume lugares do social e do político, por exemplo. Contudo, todas essas possibilidades e interesses de pesquisa não surgiram de uma hora para outra, o nosso olhar precisou ser educado, revisado, para que víssemos além de uma lista de bens e valores de alguém já falecida(o) há tempos.

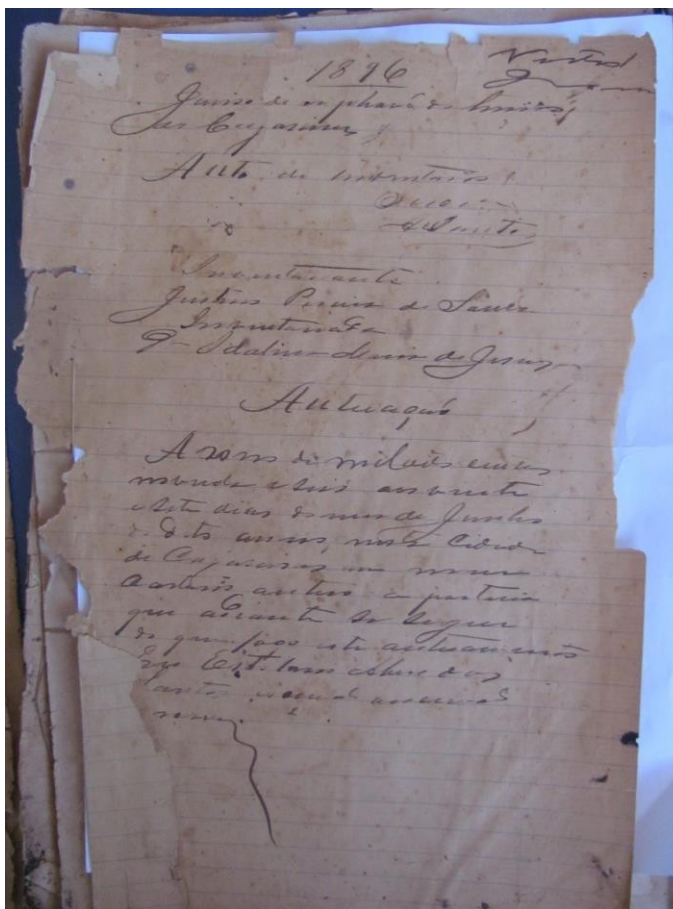
O encontro com o arquivo proporciona experiências únicas e individuais a cada pesquisador. Percorrer as páginas dos inventários registrados no Cartório da 2ª Vara Cível do Fórum Dr. Ferreira Júnior, ler e apreender as informações, se mostrou nosso maior desafio. Enquanto não tínhamos o olhar educado para o trato com a documentação, ela não deixava transparecer as teias e tramas que tanto esperávamos, e pareciam mais um grande emaranhado de nomes, sobrenomes, bens e valores sem quaisquer conexões ou importância para o processo de consolidação da cidade de Cajazeiras. A necessidade da educação do olhar como chamamos, passa pelo exercício de conhecer a fonte, o que ela nos traz como desafios e possibilidades, seja pela adaptação com a leitura da grafia, seja nos encaminhamentos que a pesquisa⁷ nos permitiu. É preciso então ajustar as lentes e ver que quanto mais entramos em contato com nossa fonte, mais ela se abre às possibilidades e permite que a questionemos. Encontramo-nos diante de documentos que pretendem nos mostrar como era a vida, e por que não a morte?, dos homens e mulheres de uma cidade recém emancipada, para que assim, possamos construir uma (nova) leitura sobre esta sociedade.

Este capítulo apresenta nossas inquietações e experiências sobre o uso dos inventários e nosso contato com a fonte. Refletir sobre como essa pesquisa nasce e se desenvolve em nossos encontros, na medida em que avançamos nas leituras dos textos e da própria documentação, fez com que transparecessem os valores materiais e imateriais da cultura daquela cidade, seja nos meandros da casa, seja na participação da vida pública. Nesse processo, aprendemos a ler e retirar os dados contidos no documento: os nomes, os bens e as relações, e ainda, percebemos que a história do objeto está intimamente conectada à história de quem o possui e de sua trajetória de vida.

Apesar da utilização dos inventários como fonte de investigação aparecer na historiografia até o início do século XX como meio de recuperação da história dos grandes nomes (TEIXEIRA, 2012), de suas fortunas e feitos, foram os questionamentos possíveis a esta fonte que implicaram nas mudanças do tratamento dado a ela ao longo dos anos. Além disso, o estudo da cultura material no Brasil até o final do mesmo século estava ligado geralmente à discussão da “[...] história da família, do espaço doméstico, da organização e do sistema da moradia” (MARTINEZ, 2006, p. 32). Aqui, veremos o inventário como uma fonte plural em significado e sujeita a questionamentos diversos, viabilizando uma análise social mais ampla através não só das posses, mas do cabedal como um todo, que considera, por exemplo, as relações incorporadas na rede social e o *status* que agrega-se com posse de determinados bens na

⁷ Pesquisa vinculada à várias vigências do PIBIC/CNPq/UFCEG sob orientação da profa. Dra. Viviane Gomes de Ceballos.

sociedade, ou seja, incorpora-se um valor simbólico junto ao espólio familiar, que valia tanto quanto ou ainda mais que o valor monetário.



Primeira página do Inventário de D. Idalina Maria de Jesus.
 Fonte: Arquivo do Fórum Dr. Ferreira Júnior, Cajazeiras, PB, 1896.

Contendo o arrolamento e avaliação dos bens de um sujeito após sua morte, o inventário pode ser precedido ou não de um testamento, este último é feito em vida e contém os últimos desejos do testador para sua herança e descendentes, mas diferente do inventário, não há ligação com o juiz, podendo ser assinado por testemunhas e pelo tabelião. Ambos os documentos cartoriais eram regidos pelo Livro IV, das *Ordenações Filipinas*, que tratava do direito civil. As Ordenações vigoraram no Império Português e na América Portuguesa, regulando a própria sociedade para manter sua organização política e administrativa, o que mudou somente em 1916, a partir da promulgação do Código Civil Brasileiro.

O processo de inventário obedece uma constituição específica e quase inalterada ao longo dos anos, possuindo “[...] a abertura, documentos comprobatórios, avaliação dos bens (móveis, imóveis ou semoventes), documentos comprobatórios com avaliação das dívidas e partilha dos

bens” (TEIXEIRA, 2012, p. 65); há ainda os nomes da(o) falecida(o) (inventariado), da(o) inventariante (geralmente um parente, é responsável por ir ao tabelião informar sobre a morte para abertura do processo), além dos demais atores envolvidos como o juiz e escrivão. Segundo Júnia Ferreira Furtado (2009) o documento era obrigatório nos casos em que o falecido deixasse herdeiros menores de 25 anos e era feito por um juiz de órfãos. Assim, entendendo que os inventários são documentos feitos no contexto de morte de um indivíduo, partimos da reflexão de que essas fontes trazem informações que permitem conhecer a vida da(o) falecida(o) e aspectos da sociedade que ele(a) viveu (FURTADO, 2009). Diversos pontos devem ser considerados na análise de um inventário: o contexto em que foi produzido, a legislação vigente e também os interesses das pessoas envolvidas, sejam elas herdeiras(os) ou avaliadores que possam superavaliar ou subavaliar um bem.

Os dados dessa fonte nos possibilita conhecer a cultura material, a vida privada das(os) inventariadas(os) e, como já dito, o modo como viveram, assim, permitem, por exemplo, observar que as relações estabelecidas podem contribuir na explicação da posse de alguns bens (SÁ, 2017), ou a posse de bens pode explicar algumas das relações, como se observarmos o inventário de Simão de Nantua Cearense e Luzia de Tal⁸.

O conjunto de bens do casal revela uma mercadoria característica com um possível comércio ligado à ourivesaria, já que apresenta ferramentas como balancinha de pesar ouro no valor de dois mil réis (2\$000), maçaricos avaliados a quatrocentos e oitenta réis (\$480), alicates no valor de oitocentos réis (\$800), fole de ourives por dois mil réis (2\$000), além de ferramentas para pregar fios de ouro, pedras de amolar, uma pequena chapa de ouro e alguns frascos com líquidos desconhecidos. Apesar de não apresentar peças feitas de ouro ou dinheiro no monte, por serem descritas mercadorias, certamente havia uma rede de clientes.

Para além da dimensão física

O estudo do patrimônio das famílias de Cajazeiras nos permite conhecer a cultura material da cidade, mas também as dimensões da vida social que envolvem as relações tanto dos sujeitos entre si como entre eles e a posse dos objetos. Não é a posse de uma mesa, cadeiras ou bancos que define uma família como abastada, mas a posse desses itens, fala sobre o espaço habitado, e ainda a possibilidade de receber pessoas em sua casa, nesse caso, pessoas que estabelecem relações de clientela ou parentesco. Na leitura, foi preciso pensar em como

⁸ Inventário de Simão de Nantua Cearense e sua mulher Luzia de Tal., Arquivo do Fórum Dr. Ferreira Júnior, Cajazeiras, PB, 1883.

poderíamos acessar novamente os nomes dos homens, mulheres, herdeiros e também visualizar os bens móveis e imóveis ali descritos.

A coleta de dados dos inventários deveria permitir então que tivéssemos contato com as informações retiradas do documento de forma eficaz e ágil. O uso da ficha de coleta de dados⁹ permitiu a visualização das variáveis presentes na documentação, ou seja, dos grupos de bens inventariados (bens móveis, pertences domésticos, bens de raiz, mercadorias, joias, bens semoventes (animais e escravos); dívidas (ativas e passivas); agentes sociais e políticos envolvidos; herdeiras(os), dentre outros. Uma preocupação central que nos foi posta na leitura dos processos, além da organização dos dados, foi a educação do olhar para nos adaptarmos a grafia do período e o estado do documento, que por vezes dificultou o acesso e o entendimento do conteúdo, devido à ação do tempo e intempéries, e ainda a forma como poderíamos processar e analisar os dados coletados. Para isso, as leituras de livros, teses e dissertações que trabalham a mesma fonte contribuíram significativamente com esse processo¹⁰, principalmente para visualizar as possibilidades de uso dos inventários.

Os estudos e análise da documentação chamaram nossa atenção para a quantidade de bens inventariados, principalmente para a importância da posse de gado e terras encontradas no patrimônio familiar arrolado. Consideravelmente estes bens representam grande parte dos cabedais familiares da cidade, visto que as atividades econômicas desenvolvidas eram especialmente ligadas aos bens de raiz e à pecuária. O historiador Muyraktan Macêdo (2007), analisando os sertões da Ribeira do Seridó¹¹ e a relação entre cabedal e cotidiano no século XVIII, observa que a tríade gado-terra-escravo corresponde a quase 80% do patrimônio inventariado da região, grande parte ligado de algum modo à agropecuária.

Observamos que as famílias possuidoras desses bens constituíram cabedais que permitiam a participação dos seus membros em diversos círculos da sociedade, desde o econômico ao religioso e na participação da administração da cidade. Ainda que o nosso recorte

9 A ficha utilizada na pesquisa foi adaptada da Ficha de Coleta de Dados elaborada por Adriano Braga Teixeira, que nos autorizou a utilização e adaptação para as questões e necessidades específicas do nosso projeto.

10 Sobre o debate que nos ajudou na construção teórico-metodológica da pesquisa, ver: MACÊDO, M. K. **Rústicos cabedais: patrimônio e cotidiano familiar nos sertões do Seridó (Séc. XVIII)**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade do Rio Grande do Norte. Natal, 2007; MARTINEZ, Cláudia Eliane P. Marques. **Cinzas do Passado: Riqueza e Cultura Material no vale do Paraopeba/MG (1840/1914)**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006; TEIXEIRA, Adriano Braga. Inventários post mortem: possibilidades de pesquisa a partir de uma fonte plural. **Mal-Estar e Sociedade**. Ano V, n. 8, Barbacena – janeiro-junho/2012, pp. 63-83.

11 O historiador explica que a região não pertence a limites cartográficos atuais valendo aproximar-se da cartografia colonial e suas delimitações territoriais nas quais existem as ribeiras (Seridó, Piranhas, Acauã e Espinharas) como espaço físico, a Freguesia da Gloriosa Senhora Sant’Ana do Seridó como espaço religioso e no sentido político, a Vila do Príncipe. O autor aponta ainda que o “O Seridó atual é, na verdade, uma sobreposição destas instâncias espaço-históricas”, e que corresponde a uma porção de 23 municípios. (MACÊDO, 2007, p. 16).

temporal seja distinto, o gado e a terra continuavam a ser importantes na constituição do patrimônio familiar em Cajazeiras, principalmente nas atividades ligadas à economia local e ao consumo da carne e uso do couro. As semelhanças entre as duas regiões próximas, nos ajuda a ler e entender os dados presentes na documentação analisada.

Como fonte cartorária, os inventários eram processos que demandavam o pagamento de custas que inviabilizavam para muitos a sua realização. O valor total dos bens avaliados chama-se *monte mor*, geralmente é deste valor que se retiram as custas, ou seja, os pagamentos aos envolvidos no processo e também os custos do velório, o monte líquido, no caso, o restante do monte, é dividido entre os parentes e demais herdeiros que possam existir. Nosso corpus documental nos coloca em contato com uma parcela de possuidores que residiam naquela cidade. Não apenas a existência de um patrimônio considerável que demandasse uma partilha via processo de inventário, mas também a possibilidade de pagamento das custas processuais, e emissão de documentos eram condições para que a família optasse por um inventário registrado.

Entre as custas estavam pagamentos ao juiz, escrivão, louvados (também chamados de avaliadores), entre outros funcionários necessários, além desses, havia uma série de documentos comprobatórios, certidões, declarações e juramentos que deveriam ser incluídos no processo. Pode de início parecer que sendo assim, nossa pesquisa garantiria que apenas afortunados tivessem destaque ou papel central em nossa pesquisa, contudo entendemos que “[...] é possível tangenciar os despossuídos, pobres e escravos, visto que são citados ou como bens (escravos), ou como credores e devedores dos inventariados (escravos e trabalhadores livres)” (MACÊDO, 2007, p. 85). Vale à pena mencionar que encontramos, nas caixas que digitalizamos, processos de outras naturezas, que auxiliam a compreender essas redes sociais que buscamos, sejam processos crime, declarações de compra e venda de imóveis, sumários de culpa, autos de embargo, corpo de delito, entre outros.

Dentre as investigações dos bens inventariados de um indivíduo pode-se direcionar à análise para distintos espaços, seja o rural ou urbano, os papéis políticos e econômicos da cidade e o destino desses bens pode implicar, por exemplo, em um estudo sobre a família, ou o padrão de riqueza e pobreza do local, como faz Cláudia Martinez (2006), ao analisar ainda a presença de pessoas escravizadas (consideradas como bens semoventes), no fim do século XIX na região do Vale do Paraopeba. Para a autora o estudo com os inventários *post mortem*, a análise da cultura material dos grupos sociais, permite conhecer a complexidade das relações públicas e privadas e conhecer as alterações e permanências na sociedade, nos quais os objetos não podem ser vistos apenas pelo estado físico, visto que [...] o “sophá”, a “namoradeiras” ou os lenços adamascados, entre tantos outros exemplos encontrados nos inventários *post-mortem*, seriam interpretados apenas enquanto

um objeto pertencente à sua categoria estética e não como um artefato que pode dialogar com o seu tempo, com o local onde foi confeccionado e com o público para o qual foi produzido e destinado. (MARTINEZ, 2006, p. 46).

Nesse estudo, o valor da riqueza/patrimônio está diretamente ligada ao monte mor, ou seja, ao total monetário dos bens arrolados, o que para nós coube alguns cuidados metodológicos, visto que os valores encontrados em nossa documentação diferem significativamente dos encontrados em suas análises para divisão dos grupos sociais. Enquanto a autora classifica os grupos sociais¹² que aparecem na pesquisa a partir da sua riqueza material para fazer a análise detalhada, nós trouxemos os inventários para o estudo das relações sociais entre as personagens envolvidas nos processos. Nos interessa, por exemplo, observar os processos em que determinado juiz ou louvado atuou, se estes atores possuíam alguma relação familiar ou de negócios com a família da(o) falecida(o). Outro ponto interessante é ver gerações da mesma família inventariada, como os bens passam de pais para filhos, a valorização ou desvalorização dos bens ao longo dos anos, assim como a parte de terras no valor de três mil quatrocentos e dezesseis réis (3\$416), no sítio Catolé, deixada por Mariano Gomes de Albuquerque para o Padre Manoel Mariano de Albuquerque no ano de 1880; a mesma passa ao valor de três mil réis (3\$000) no inventário de seu filho dezesseis anos depois, e apesar de não deixar herdeiros descendentes, a terra permanece na família sendo deixada como herança para seu irmão David Gomes de Albuquerque¹³.

Através das leituras, passamos a entender o valor total do cabedal ligado ao *status* conquistado através da posse, assim ultrapassando o valor monetário dos bens. Quando, por exemplo, trabalhamos a posse de determinados bens, como louças, talheres e alguns utensílios domésticos, pelo fato de estes adquirirem valor simbólico e significarem para a sociedade, muitas vezes sendo utilizados apenas em exceções, como a visita de alguém do clero ou da alta sociedade.

Dessa forma, as louças foram possivelmente empregadas em formas de sociabilidade que destacavam ideais tais como solidariedade, reciprocidade e respeito, valores cuja manutenção era essencial para a família garantir sua posição social, seus laços dentro da comunidade, e mesmo sua sobrevivência, em uma sociedade em que o status do indivíduo era marcado muito mais pelas relações sociais do que pela posse de bens materiais. (SYMANSKI, 2008, p. 89).

12 A autora divide os grupos sociais em A (mais abastados), B (intermediários) e C (menos favorecidos). (MARTINEZ, 2006).

13 Inventário de Mariano Gomes de Albuquerque, Arquivo do Fórum Dr. Ferreira Júnior, Cajazeiras, PB, 1880. Inventário de Manoel Mariano de Albuquerque, Arquivo do Fórum Dr. Ferreira Júnior, Cajazeiras, PB, 1896.

Apesar do autor discutir a respeito das louças, poderíamos empregar a ideia para tantos outros bens como os talheres, copos e itens decorativos em maior ou menor grau. Se por um lado a análise do espaço doméstico através dos inventários permite conhecer o funcionamento da família materialmente e simbolicamente, eles permitem ainda “[...] entender a distribuição da fortuna entre os membros da família, o sistema de herança e o espaço interno e externo das moradias urbanas e rurais.” (MARTINEZ, 2006, p. 64). Para se conhecer o processo de partilha dos bens é preciso voltar para as Ordenações Filipinas.

A partilha obedece os desejos do testamento, caso esse exista, e do contrário, é feita a partir da justa divisão de bens, reservando-se a metade dos bens para a mulher, caso tenha o marido falecido e permitindo que a mesma assuma como cabeça de casal¹⁴, já a outra metade é dividida entre as(os) filhas(os) herdeiras(os) ou demais herdeiros. A comprovação do casamento era necessária para o recebimento da herança, e segundo Ana Cecília Farias de Alencar (2014), a união feita pela Igreja tinha peso de lei¹⁵, demonstrando seu poder político e social, além do domínio moral e espiritual que exercia. O período marcado pelas tensões da separação entre Igreja/Estado no Brasil, conta não só a obrigatoriedade do casamento civil antes do religioso, como a laicização dos cemitérios, além da própria reação da igreja católica que obriga sua hierarquia a repensar a própria organização institucional (ROLIM, 2016).

Na ausência de herdeiros descendentes, os bens do falecido passam ao seu ascendente em grau mais próximo¹⁶, como é o caso de Francisco Beserra, que solteiro e sem filhos, deixa a mãe Dona Anna Beserra de Sousa como “universal herdeira de seus bens pela lei da sucessão [sic]”¹⁷, a mesma reserva para si a terça parte da herança, um montante de 63:932\$668, repartindo as demais partes entre os irmãos e sobrinhos do falecido, cada um ficando com 9:835\$795 em bens móveis, terras, casas, animais e diversas mercadorias em artigos de fazendas (tecidos) e equipamentos, além da folha de dívidas ativas que somadas apresentam a expressiva quantia de 96:168\$985, o que representa 32% do seu cabedal.

Sobre a inclusão das dívidas nesse processo, Muryraktan Macêdo (2017) coloca que “o não esquecimento desses episódios era uma demonstração de retidão moral que ia além do simples fato jurídico, visto que a lembrança reparadora influenciava diretamente na salvação ou danação da alma do testador” (MACÊDO, 2017, p. 19). Consideramos aqui não o valor

14 Ordenações Filipinas Livro 4 Tit. 95.

15 É importante lembrar que a laicização do Estado só é consolidada no período republicano com o decreto n. 181 de 24 de janeiro de 1890. O período foi marcado pelas tensões entre a Igreja católica e o Estado. Sobre a laicização do casamento ver: SOUZA, J. G. M. Justus Nelson e os conflitos em torno do casamento civil, envolvendo católicos, metodistas e republicanos, 1890 – 1893. *Faces de Clio*, v. 5, n. 9, p. 50 - 68, 4 jul. 2019.

16 Ordenações Filipinas Livro 4 Tit. 96.

17 Inventário de Francisco Beserra de Sousa, Arquivo do Fórum Dr. Ferreira Júnior, Cajazeiras, PB, 1884.

monetário das dívidas, mas a configuração de relações entre credores e devedores na cidade, assim como Cláudia Martinez em diálogo com a economista Zélia Cardoso de Mello coloca que “[...] as dívidas relacionavam-se diretamente ao sistema creditício e financeiro da sociedade oitocentista. A ausência e/ou a ineficiência das instituições bancárias transformava alguns indivíduos em emprestadores particulares, possibilitando a circulação de dinheiro” (MELLO, 1985, p. 92, *apud* MARTINEZ, 2004, p. 9). A natureza das mesmas nem sempre eram descritas, mas sabe-se que pela quantidade de mercadoria arrolada, em grande parte fazendas¹⁸, Francisco Beserra manteve um comércio do ramo, bem como possíveis transações de importação de peças como cambraia e casimira¹⁹, mantendo também uma diversidade de outros itens que podem ter sido comercializados, o que se pode ver a partir do inventário de Manoel Eufrázio de Sousa e sua mulher Maria Custodia de Jesus, na descrição da dívida ao mesmo consta uma variedade de itens comprados como pratos, lenços e vinhos²⁰.

O inventário de Francisco Beserra de Sousa (negociante e político local), do ano de 1884, foi até agora o maior e mais detalhado processo lido, com descrições pormenorizadas dos bens como o caso a seguir de uma casa localizada na Rua da Aurora, com o nome atual de Rua Padre Rolim, uma das principais vias da área urbana da cidade, avaliada em 2:700\$000 (dois contos e setecentos mil réis):

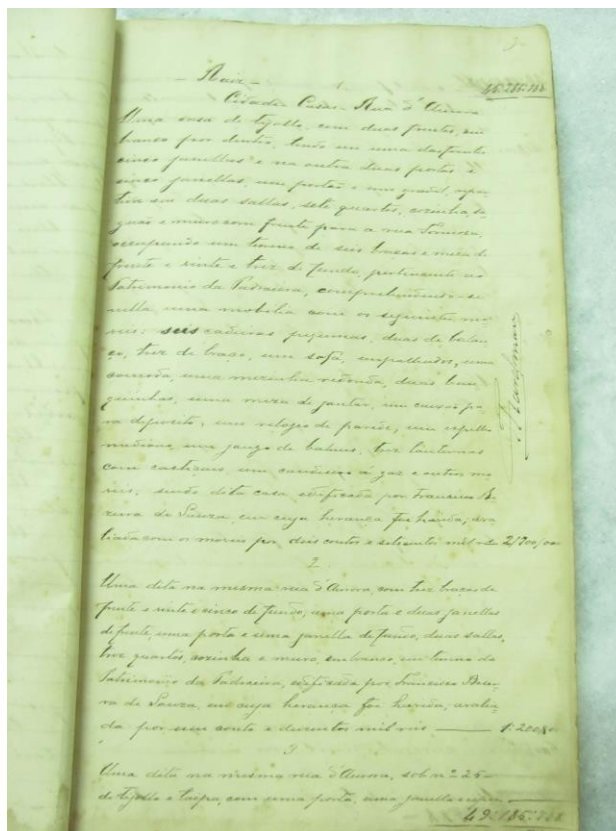
Uma casa de tijollo, com duas frentes, em branco por dentro, tendo em uma das frentes cinco janellas e na outra duas portas e cinco janellas, em portas e em gradil, repartida em duas sallas, sete quartos, cozinha, saguão e muro com frente para a rua Formosa ocupando um terreno de seis braças e meia de frente e vinte e trez de fundo, pertencente ao Patrimonio da Padroeira, comprehendendo-se nella uma mobilia com os seguintes moveis: seis cadeiras pequenas, duas de balanço, trez de braço, um sofá, empalhados, uma comoda, uma mezinha redonda, duas banquinhas, uma meza de jantar, uma caixão para deposito, um relógio de parede, um espelho mediano, um jougo de bahu, trez lanternas com castiçais, um candieiro á gaz e outros moveis, sendo dita casa edificada por Francisco Bezerra de Souza. [sic]²¹.

18 Tecido ou pano de lã de que se fazem peças de vestuário. (COSTA, 2004, p. 146).

19 *Idem* p. 142.

20 Inventário de Manoel Eufrázio de Sousa e sua mulher Maria Custodia de Jesus, Arquivo do Fórum Dr. Ferreira Júnior, Cajazeiras, PB, 1880.

21 Inventário de Francisco Beserra de Sousa, Arquivo do Fórum Dr. Ferreira Júnior, Cajazeiras, PB, 1884.



Descrição dos bens de raiz de Francisco Beserra de Sousa.
Fonte: Arquivo do Fórum Dr. Ferreira Júnior, Cajazeiras, PB, 1896.

Na mesma rua possui ainda “uma casa com trez braças de frente e vinte e cinco de fundo, uma porta e duas janellas de frente e uma janella de fundo, duas sallas, trez quartos, cozinha e muro, em branco, em torno do Patrimonio da Padroeira” [sic]²², avaliada pelos louvados no valor de um conto e duzentos mil réis (1:200\$000).

Dentre os documentos lidos esses imóveis estão entre os mais valorizado devido a presença de alguns componentes, como é o caso da quantidade de portas e janelas além da mobília, o que poderia agregar maior valor à casa sendo os mesmos enfatizados nas descrições (MACÊDO, 2007, p. 149), neste exemplo a localização em questão faz com que esse imóvel atinja um preço mais elevado que os demais, sendo esse já um ponto central e valorizado da urbe.

Estes não são exemplos isolados no inventário em questão, dentre as 76 propriedades adquiridas pelo falecido na zona urbana de Cajazeiras, algumas trazem inclusive o número de logradouro, suas medidas, e o meio de obtenção das mesmas. A maior parte das casas inventariadas no período²³ foram construídas de taipa (técnica que utiliza barro e madeira), ou

²² Inventário de Francisco Beserra de Sousa, Arquivo do Fórum Dr. Ferreira Júnior, Cajazeiras, PB, 1884.

²³ Foram lidos até o momento os inventários dos anos de 1876 a 1896, além da documentação secundária em que se encontram autos de petição, embargos, corpo de delito, sumários de culpa e alguns crimes.

com o passar dos anos com parte de taipa e parte de tijolos, geralmente a frente da casa. Sobre o uso dessa técnica construtiva no final do século XVIII e que perdura ao longo do XIX, Tadeu Pereira da Silva (2017) afirma que isso não significa que os donos fizessem parte de uma camada pobre da população, contudo, o uso de tijolos de barro na construção provavelmente era reservado à elite local em um primeiro momento, enquanto a utilização do item se deu de maneira gradativa também pela falta de lugares de produção dos mesmos.

As pesquisas sobre as casas construídas nesse período, “[...] não só refletem os costumes e os aspectos da sociedade dessa época, como também o processo evolutivo ao longo dos séculos precedentes que possibilitaram que elas apresentassem os aspectos que agora conheceremos.” (SILVA, 2017, p. 42), através delas é possível entender seus usos e detalhes das práticas de sociabilidade, ou seja, entender o modo de morar e viver no sertão paraibano. Partindo dessa ótica, pensar o espaço físico através da documentação possibilita encontrar a comunidade local ali inserida e seus laços; são frequentes as referências de delimitações de casas e terras à outras pessoas nas tentativas de maior prestígio ou *status* e também referências à elementos do espaço geográfico (rios, riachos), qualidade e uso da terra no caso de sítios e partes de terra. (MARTINEZ, 2006). Na venda desses itens era comum se mencionar ainda o nome do outorgante (quem vendia a terra) e do outorgado (quem comprava a terra), suas profissões, estado civil e endereço em escrituras públicas (ALENCAR, 2014) e principalmente em declarações de compra e venda no nosso caso.

Era incomum que na venda dessas terras e casas, assim como os diversos contratos do século XIX, houvesse mulheres como negociadoras, nem como vendedoras, nem como compradoras de bens, apesar disso, alguns casos como o das viúvas que se tornam cabeça de casal podiam ocorrer mais facilmente que com mulheres casadas ou solteiras da época (ALENCAR, 2014). Em documentação secundária encontramos apenas um caso de uma mulher, a D. Joanna Natalina Maria de Miranda²⁴, como vendedora de um imóvel no ano de 1877, sendo ela uma professora, moradora da cidade e tendo como comprador Francisco Beserra, comerciante já citado neste texto.

Localizar essas propriedades se constitui como um dos desafios recentes da pesquisa. De início buscamos agrupar quantitativamente as casas por ruas, para isso o trabalho do historiador local Deusdedit Leitão (2005) foi fundamental para mapear a área urbana; seu livro *Ruas de Cajazeiras* traz descrições das ruas da cidade através de documentação referente à cobrança de impostos sobre os imóveis do ano de 1890, com isso foi possível ter acesso ao número de casas

24 Declaração de compra e venda, Arquivo do Fórum Dr. Ferreira Júnior, Cajazeiras, PB, 1877.

de algumas dessas ruas, mudanças de nomes ao longo do tempo e, ainda que de forma breve, conhecer personagens que nomeiam as vias urbanas.

Cruzando os dados da obra com as descrições das casas inventariadas, conseguimos localizar pelo menos 81 casas, nas ruas Joaquim de Sousa/ Rua da Feira (9), Rua Nova/ Rua do Sangradouro (20), Rua do Comércio/ Rua do Coração de Maria (21), Rua do Sol (8), Rua da Bôa Vista (4), Rua Bela/ Rua do Coração de Jesus (5), Rua da Aurora (9), Rua da Matriz (5). Atualmente, buscamos o uso de softwares para o georreferenciamento das propriedades, tanto as casas de vivenda como os prédios comerciais e públicos da cidade.



Mapa localizando parte das casas inventariadas entre 1876 e 1884. Arquivo do Fórum Dr. Ferreira Júnior, Cajazeiras-PB, 1876-1884. Elaboração da autora (2020).

A presença das casas de comércio na documentação são indicadas também através da descrição dos bens, algumas delas (principalmente as que ficam localizadas na Rua do Comércio) são apresentadas como lojas, ou possuem acessórios como balcões e prateleiras, o que comprova o enriquecimento da cidade através da atividade. O comércio local do período promovido especialmente com o cultivo do algodão resultou em investimentos na área urbana causando melhorias na cidade (SILVA FILHO, 1999) e segundo Eliana Rolim (2010), unido ao avanço do consumo e do crescimento industrial geraram acúmulo capital suficiente para investimento em bens patrimoniais como as edificações.

Nos inventários encontramos diversos equipamentos ligados ao beneficiamento da cultura algodoeira, como máquinas de desencaroçar, bolandeiras e referências a peças (roupas

e tecidos) de algodão como mercadoria. A cotonicultura na cidade contou inclusive com a instalação de uma usina, a Santa Cecília que trouxe os “ares de progresso” à cidade, enquanto as feiras locais do período da colheita “[...] foram acompanhadas de animada projeção.” (SILVA FILHO, 1999, p. 292). Para o autor Luís Cláudio Symanski a feira estabelece o mercado para os sertanejos dentro do sistema econômico, e “através da feira o sertanejo pode vender a sua produção da esfera doméstica e adquirir os demais itens necessários para a sua subsistência e para a manutenção de suas práticas sociais.” (SYMANSKI, 2008, p. 84), é possível perceber também que a feira era um lugar de sociabilidade e encontros para além do propósito econômico, era um lugar para se negociar contratos e condições.

Entre tantas perspectivas, Cajazeiras se mostra através do inventário, na forma como as relações produzem arranjos que podem ser familiares ou de clientela. E apesar da dificuldade encontrada em se ter esse tipo de documento como fonte primária por fatores diversos como o estado atual da fonte, que sofre danos com o passar do tempo, ou mesmo os obstáculos da leitura do manuscrito, o estudo do patrimônio familiar potencializa conhecer as redes de sociabilidade. Enquanto participar de um projeto que tem os inventários *post-mortem* como objeto de pesquisa, observando-o a partir do lugar social do indivíduo, mostrou como a fonte é frutífera, abrindo vias para cada membro que deseja também encontrar a cidade entre as páginas dos inventários. Nos alegramos em saber que esta pesquisa não se esgota, principalmente nas possibilidades em cruzar dados com outros registros como os paroquiais sejam de batismo ou matrimônio e que muito se tem a saber através de cada reflexão para a Cajazeiras do século XIX.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, A. C. F. **DECLARO QUE SOU “DONA”, VIÚVA E CABEÇA DE CASAL: MULHERES ADMINISTRADORAS DE BENS NOS SERTÕES DE QUIXERAMOBIM (1727-1822)**; 2014; Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Ceará.

COSTA, Manuela Pinto da. Glossário de termos têxteis e afins. **Revista da Faculdade de Letras CIÊNCIAS E TÉCNICAS DO PATRIMÔNIO** Porto, 2004 I Série vol. III, pp. 137-161. Disponível em: <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4088.pdf>. Acesso em: 19 set. 2020.

FURTADO, Junia. A morte como testemunho da vida. In.: PINSKY, Carla Bassanezi. **O historiador e suas fontes**. Contexto, 2009.

MARTINEZ, Cláudia Eliane P. Marques. **Cinzas do Passado: Riqueza e Cultura Material no vale do Paraopeba/MG (1840/1914)**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

MARTINEZ, Cláudia Eliane P. Marques. Família, Riqueza e Organização da Estrutura Doméstica: Vale do Paraopeba/MG, 1850 a 1914. **XIV Encontro Nacional de Estudos**

24 de setembro de 2004. Disponível em:
<http://www.abep.org.br/~abeporgb/publicacoes/index.php/anais/article/viewFile/1340/1304>.
Acesso em: 20 set. 2020.

LEITÃO, Deusdedit de Vasconcelos. **Ruas de Cajazeiras**. Gráfica Ideal - Cajazeiras-PB, 2005.

MACÊDO, M. K. **Rústicos cabedais: patrimônio e cotidiano familiar nos sertões do Seridó (Séc. XVIII)**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade do Rio Grande do Norte. Natal, 2007.

MACÊDO, M. K. Tratos e caminhos da capitania do Rio Grande do Norte: comércio e consumo na Ribeira do Seridó. **Revista Eletrônica da Associação Nacional de História / Seção Ceará**. Fortaleza, Vol. VIII, Nº 16 – julho - dezembro, 2017. pp. 17-32. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/embornal/article/view/3442/2907>. Acesso em: 19 set. 2020.

REDE, Marcelo. História e cultura material. In.: CARDOSO, Ciro Flamarion. VAINFAS, Ronaldo. **Novos domínios da história**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

ROLIM, Eliana de Souza. **Patrimônio arquitetônico de Cajazeiras – PB: memória, políticas públicas e educação patrimonial**. Dissertação de Mestrado em História. UFPB, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/6038/1/arquivototal.pdf>>. Acesso em: 21 set. 2020.

ROLIM, Francisco Sales Cartaxo. **Guerra ao fanatismo: a diocese de Cajazeiras no cerco ao Padre Cícero**. – Olinda: Livro Rápido, 2016.

SILVA, Tadeu Pereira da. **Arquitetura e história no sertão da Paraíba: um estudo das moradas rurais na Cidade de Paulista (1820 a 1935)**. Monografia (UFCG-CFP). Cajazeiras, 2017.

TEIXEIRA, Adriano Braga. Inventários post mortem: possibilidades de pesquisa a partir de uma fonte plural. **Mal-Estar e Sociedade**. Ano V, n. 8, Barbacena – janeiro-junho/2012, pp. 63-83.

SÁ, I. dos G. Entre consumos suntuários e comuns: a posse de objetos exóticos entre alguns habitantes do Porto (séculos XVI - XVII). **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, [S. l.], v. 25, n. 1, p. 35-57, 2017. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/139673>. Acesso em: 1 fev. 2021.

SILVA FILHO, Osmar Luiz da. **Na Cidade da Parahyba, o percurso e as tramas do moderno**. 1999. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco. Recife.

SYMANSKI, Luís Cláudio P. Práticas econômicas e sociais no sertão cearense no século XIX. **Revista de arqueologia**, v. 21, n. 2, p. 73-96, 2008. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/31515385_Praticas_economicas_e_sociais_no_sertao_cearense_no_seculo_XIX_um_olhar_sobre_a_cultura_material_de_grupos_domesticos_sertanejos. Acesso em 15/12/2020.

CAPÍTULO 2

O ALTO SERTÃO E SUAS POTENCIALIDADES: CARACTERÍSTICAS DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E URBANO DE CAJAZEIRAS-PB

Ana Victoria de Medeiros Oliveira

“A cidade é como um texto: ela pode ser lida! Em seus fragmentos e em seus territórios, estão retidas uma diversidade de linguagens, as quais podem tornar-se textos, textos de cultura. Seus traços materiais e sua paisagem de símbolos constituem-se como objetos, perpassados por vários fluxos, os quais o historiador deve anunciar” (SILVA FILHO, 1999).

Cidade inventariada: reflexões sobre o estudo do espaço urbano

A urbe pode ser objeto de inúmeros olhares possíveis, a depender das questões lançadas por aqueles que pretendem desvendar as suas nuances. Esta, pode ser percebida como o lugar do conflito, da pluralidade de discursos, saberes e práticas. Com isso, todas reflexões a serem lançadas nessa análise, acerca da mesma, devem ser percebidas como algumas das interpretações possíveis sobre a cidade, que emerge, envolve e cresce.

A estruturação desta cidade inventariada, parte do estudo dos dados oficiais colhidos até o presente momento, notificados nos documentos do Termo de Cajazeiras, aos quais abarcam inúmeros tipos de processos, indivíduos e casos. Além dos documentos produzidos pelo poder municipal nas três últimas décadas do século XIX, que nos auxiliam na análise e na produção de narrativas históricas sobre a cidade, os mapas a seguir foram construídos com base nos registros da coleta de imposto predial, colhidos no ano de 1890 e posteriormente utilizados por Deusdedit Leitão para o livro “Ruas de Cajazeiras”.

Diante disso, o espaço urbano em sua materialidade, pode ser percebido como suporte e produtor do que é tido como a memória histórica da cidade, pois o mesmo envolve além do que é material, o imaginário e discursivo acerca dos espaços. As casas, prédios públicos ou de significado econômico para o desenvolvimento local, as escolas, praças, entre outras propriedades urbanas, em suas diversas formas e ruínas, funcionam como lugares de memória para a história da cidade, que são ressignificados constantemente pelos habitantes da localidade. Como explica Pesavento (1999) ao migrarem no tempo e no espaço, as imagens e discursos sobre a cidade podem ser cada vez mais dotados de novos sentidos em função de conjunturas e composições sociais diversas.

Com base nas reflexões e discursos sobre esse espaço, as quais podem ser constantemente ressignificados, a metodologia adotada para criar os materiais visuais - os mapas, que nos possibilitam imaginar a geografia deste local, - tem sua base fundamentada na junção das informações presentes em inúmeras fontes, como os inventários e documentos secundários, os estudos feitos por outros historiadores que estudam a cidade, no discurso criado como fundamentação da história local e nos fragmentos materiais e imateriais do espaço urbano.

Consequentemente, o método utilizado para construir a reflexão a seguir, é o de pensar o espaço urbanístico por montagens, como sugere Berenstein-Jacques (2019, p. 217)

A montagem aparece, então, como forma de conhecimento histórico no momento em que ela também caracteriza o objeto desse conhecimento: o historiador cata e monta com os fragmentos que sobram porque estes têm a capacidade tanto de desmontar a história “oficial” ou “hegemônica” do presente, quanto de remontar outros tempos heterogêneos.

Em face do exposto, o pensamento por montagens adotado nesta observação, faz a junção de todas as informações disponíveis sobre o processo urbanístico de Cajazeiras, aos quais foram analisados e discutidos em equipe, até os dias atuais. Todas as interpretações e olhares lançados sobre a localidade, pretendem inicialmente, a compreensão da constituição do urbano, de suas disputas, subjetividades e materialidades. À vista disso, todas as considerações, são parte de uma longa pesquisa histórica, a qual se fundamenta particularmente na investigação das fontes históricas, que circundam a temática, desde os discursos e as memórias locais, até as fontes administrativas e oficiais produzidas pelo governo local.

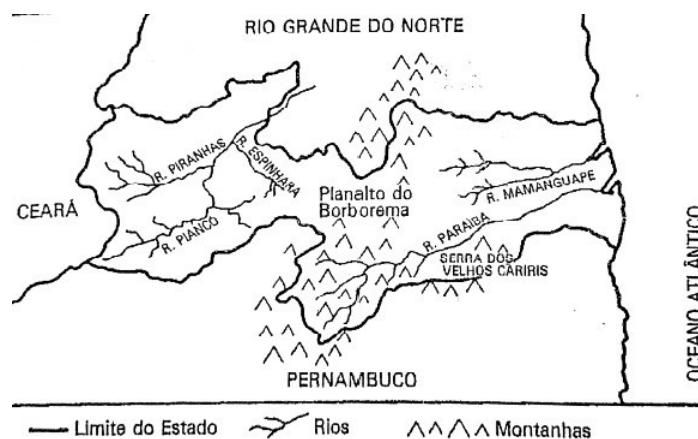
Atividades econômicas e motivações para o crescimento da urbe juvenil

O estado da Paraíba, bem como todo o país, é marcado por uma forte influência da cultura agrícola em sua trajetória, o que acarreta o desenvolvimento em seus mais variados espaços e limites territoriais a partir desta atividade. Nesse sentido, a perpetuação da cultura algodoeira, em especial no Nordeste Brasileiro, contribui de maneira direta para o seu seguimento comercial e para a atuação do país como produtor e exportador deste gênero.

Seguindo Lewin (1941) O Alto Sertão paraibano, Zona Sazonal que surge ainda no Império como forma de divisão das áreas agrícolas do estado, emerge a partir do fim do século XIX como a principal área de cultivo do algodão arbóreo na Paraíba. Logo, diante da realidade geográfica sertaneja, que a contar do momento de sua conquista, enfrenta ciclos de seca, o Rio Piranhas, que tem sua nascente no estado do Ceará, pode ser compreendido como o principal aliado nessa produção (**Mapa 1**). Com os períodos de ausência de chuva e o enfrentamento de

longos verões, suas terras proporcionaram as condições ideais para o plantio de algodão na localidade.

Mapa 1 - Paraíba: Principais características Físicas, Zonas Geoeconômicas e centros Comerciais



Fonte: Estado da Paraíba, Departamento de Estradas de Rodagem

Sobre a caracterização do Alto Sertão, do Rio Piranhas e do desenvolvimento econômico a partir do ouro branco, explica Lewin (1941) que

a segunda zona sertaneja era o alto sertão, o além Borborema, uma zona mais distante que começava onde os contrafortes ocidentais do planalto deixavam o sertão do cariri e desciam para a vastidão da bacia do Rio Piranhas. Região de elevações menores, o alto sertão recebia mais chuva do que o sertão do Cariri. Uma umidade moderada e um solo arenoso e retentor de água ao longo das margens dos rios proporcionam condições naturais ótimas para o cultivo do algodão de fibras longas durante a República Velha.

Dessarte, a produção agrícola, em especial a algodoeira, no alto sertão paraibano pode ser compreendida como uma potencialidade acessível do espaço. Visto que a partir do plantio e comercialização deste item, recursos são gerados, contribuindo em larga escala para o desenvolvimento econômico e urbanístico no local, favorecendo o aumento da área urbana e a atração dos ares do “progresso”.

No caso da cidade de Cajazeiras, que se caracteriza como um notável produtor da pluma branca no alto sertão paraibano (**Mapa 2**), o crescimento do que se compreende por espaço urbanístico, é impulsionado pelos recursos advindos principalmente do produto. Segundo discussão impulsionada por Silva Filho (1999) a comercialização deste item foi significativa para o crescimento da urbe juvenil de tal modo, que principalmente no início do século XX, era compreendido como “a flor da cidade”.

Mapa 2 - Paraíba: principais Características Físicas, Zonas Geoeconômicas e Centros comerciais



Fonte: Estado da Paraíba, Departamento de Estradas de Rodagem

Não obstante, o triunfo urbanístico percebido em Cajazeiras pelos estudiosos da cidade, ao qual é ocasionado em grande medida pelo cultivo e comercialização da “flor da cidade”, não é um fenômeno que ocorre exclusivamente nesta localidade. O mesmo, pode ser percebido como uma característica comum a outros espaços, como foi sucedido na atual João Pessoa. Conforme relata Chagas (2010) a modernização/urbanização da Capital paraibana foi resultado da nova realidade econômica pela qual o estado passou cujo principal produto, o algodão, proporcionou os dividendos aplicados no melhoramento urbano

Conseqüentemente, compreendendo as atividades de característica comercial das localidades como consideráveis no impulso dos processos de urbanização destes espaços, pode-se classificar a produção do algodão e a feira da cidade, como parte da amálgama da urbe cajazeirense, conforme explica Silva Filho (1999, p. 292)

Acerca dessas duas características do desenvolvimento urbano de Cajazeiras - a comercialização da pluma branca e as feiras realizadas - vale destacar que no limiar do século XX, as mesmas se entrelaçam e se intensificam, contribuindo de maneira direta para o crescimento econômico local, “as feiras, que eram realizadas desde o século XIX na pequena “urbe”, nos períodos de safra da pluma branca, foram acompanhadas de animada projeção. Com o algodão, a riqueza chegava a Cajazeiras definitivamente

O comércio cajazeirense, por exemplo, de acordo com Deusdedith Leitão (2000), teve sua inauguração com a primeira feira livre no ano de 1858 pelo Padre Rolim, juntamente com Vital Rolim e Sabino Coelho, nas proximidades onde hoje está localizada a Igreja Matriz de Nossa Senhora de Fátima. Tendo também, a cidade no fim do século XIX, o nome de uma rua dedicada para a sinalização de tal atividade (**Mapa 3**).

Mapa 3 - Ruas de Cajazeiras - 1890



Fonte: Livro Ruas de Cajazeiras - Deusdedit Leitão (Elaborado pela autora)

Por conseguinte, estas duas atividades econômicas já destacadas, andam lado à lado quando o assunto é o crescimento da malha urbana cajazeirense, pois como bem destacado, é a partir da produção agrícola e da comercialização da pluma branca, ou flor da cidade, que os ares de progresso e desenvolvimento chegam à cidade de Cajazeiras. Sendo assim, esses dois traços se destacam como expressivos impulsionadores nesse processo de crescimento, e devem ser analisados em conjunto, como fragmento da memória social urbana, pois representam para a cidade um importante fator de destaque em termos econômicos e culturais.

Contudo, ainda que estes dois fatores expressam em suma razões para a urbanização, processo este que se estende por todo ciclo de produção agrícola, existem outros que dialogam com estes já destacados. Como bem salienta Oliveira (2015) outro aspecto pouco evidenciado entre historiadores e memorialistas é sobre a localização geográfica do município, que estrategicamente engloba uma rota que liga três estados nordestinos como Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, além da própria Paraíba (ver Mapa 1).

Por conseguinte, compreendendo o fator localização em diálogo com os que foram citados anteriormente, - o algodão e a questão comercial - fica evidente que estes, devem ser estudados e utilizados como impulsionadores de forma conjunta, pois se encontram atrelados, de modo que um, causa impacto no funcionamento do outro. A localização privilegiada, por

exemplo, influencia na realização das tramas comerciais, nas trocas, vendas, etc., como também facilitam o tráfego de pessoas de outras cidades e estados em Cajazeiras.

Além desse elemento, o eixo educacional criado pelo Padre Rolim - figura central no discurso tradicional para as tramas locais em seus mais variados temas, - se caracteriza na historiografia tradicional local como a principal motivação do desenvolvimento da cidade, como também confere à terra deste clérigo o título de “A cidade que ensinou a Paraíba a ler”. No entanto, tal justificativa surge do ideal de que a criação da escola, inicialmente localizada nas imediações do Açude Grande, atraía para a região, indivíduos das proximidades que buscavam a formação oferecida pelo padre.

Não obstante, como revela Oliveira (2015, p. 22)

É importante ressaltar que a fundação de um eixo educacional pelo Padre Rolim, por si só, não explica o processo de expansão da população local e a consequente transformação do povoado em vila, alcançando sua emancipação política em pouco tempo. Não podemos também desmerecer ou diminuir historicamente que a implantação dessa escola souo importante e é tida como o primeiro passo no processo de engrandecimento do lugar.

Contudo, mesmo não explicando o processo de desenvolvimento urbanístico por completo, a escola representa para a pequena urbe, um espaço atrativo na região, justamente pela compreensão de que o acesso à educação estava restrito a regiões teoricamente mais progressivas. Por isso, a instituição é tida no imaginário, e para a Historiografia local, como o principal motivador para o progresso da cidade.

Isto posto, Leitão (2000) propõe que com o aumento da procura pela formação oferecida pelo Padre Rolim, se fez necessário a mudança da Escolinha da Serraria para as imediações da antiga capela de Nossa Senhora da Piedade, a qual é a atual Igreja de Nossa Senhora de Fátima, imediações estas que também funcionava a Feira Livre, conseqüentemente, fortalecendo a interpretação de que a urbanização acontece segundo elementos estruturais e econômicos, que se dão em conjunto no espaço urbano.

Todavia, vale evidenciar que o eixo educacional, compreendido como uma potencialidade econômica para a cidade, não se encerra na Escolinha da Serraria. Segundo análises de Leitão (2005) a urbe contava com duas escolas tradiconais, uma voltada para o sexo feminino, sob a orientação da professora Vitória Bezerra, e outra voltada para o sexo masculino, sob a orientação do professor Crispim Coelho, ambas situadas onde hoje é a avenida Padre Rolim (**Mapa 4**).

Mapa 4 - Imóveis da zona urbana de Cajazeiras (1890)

Fonte: Livro Ruas de Cajazeiras - Deusdedit Leitão (Elaborado pela autora)

É evidente que todas as características aqui citadas se relacionam de maneira direta ou indireta à economia local, no entanto este é um elemento comum aos núcleos urbanos brasileiros, no mesmo período ao qual funciona como delimitação temporal desta pesquisa. Conforme explica Silva (2004) no Brasil, de uma maneira geral, até o final do século XIX, a evolução dos núcleos urbanos se dava em conformidade com a atividade econômica estabelecida a partir dos interesses coloniais e imperialistas.

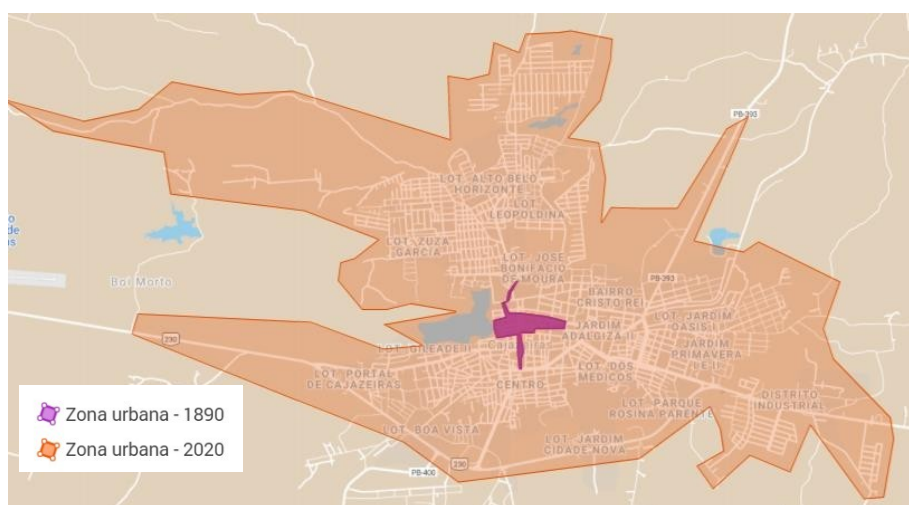
Portanto, à vista do citado, é possível afirmar que o principal argumento tradicional para a explicação do desenvolvimento da cidade por si só não explica isto. Uma vez que, principalmente as atividades econômicas da localidade estavam atreladas também a outros fatores de funcionamento. Destacar a atividade educacional como um dos fatores de desenvolvimento urbano, é mais verossímil que destacar o mesmo como o único atrativo existente na localidade. Por isso, não se deve anular o significado que a educação tem, para a memória e identidade local, bem como para a trajetória historiográfica da cidade, no entanto, deve-se compreender tal argumento tradicional como algo que possui limitações na explicação de única motivação para a urbanização

Caminhos para a imagem urbana: os inventários *post-mortem*

Assim sendo, procedendo o pressuposto metodológico de pensar o espaço urbano à base da montagem e junção dos dados existentes, pode-se afirmar que Cajazeiras no ano de 1890, se

tratava de um pequeno espaço (**Mapa 5**) como caracteriza Silva Filho (1999) uma pequena urbe. De modo que a partir das análises de Leitão (2005), alicerçadas na coleta do imposto predial de 1890, é possível concluir que no fim do século XIX, contava com apenas 15 ruas e com cerca de 209 imóveis, entre comerciais e residenciais (**Mapa 4**). Tal denominação, fica evidente também no comparativo do espaço urbano no ano citado e o de 2020. Pois o que hoje se caracteriza como a malha urbana de Cajazeiras, representa um espaço absurdamente superior ao que se caracteriza como “cidade” no ano de 1890, logo o título de “pequena urbe” é condizente com o que representava a cidade de Cajazeiras naquele momento.

Mapa 5 - Comparativo da Zona Urbana nos anos de 1890 e 2020



Fonte: Livro Ruas de Cajazeiras (Mapa elaborado pela autora)

Além dos fatores discutidos, que podem ser compreendidos como significativos na análise histórica da imagem urbana, uma possibilidade de investigação e reconstituição desse espaço, são os inventários e documentos oficiais secundários (**Mapa 6**). Cada um com possuindo suas limitações, e em conjunto, representando uma rica fonte para a fundamentação da pesquisa histórica.

Mapa 6 - Imóveis zona urbana (1873-1891)

Fonte: Fórum Municipal Ferreira Júnior / Livro Ruas de Cajazeiras - Deusdedit Leitão
(Mapa elaborado por Ayrle Alves)

Vale ressaltar que os materiais produzidos a partir destas fontes, representam apenas parte do que deva ter sido este espaço urbano, e funcionam como uma tentativa de reconstruir a dimensão urbana, no momento em que serve de delimitação histórica para a pesquisa. Pois, ainda que os inventários e documentos oficiais representem uma fonte segura de informação sobre os imóveis, eles não notificam todos aqueles existentes no espaço urbano, apenas os que se encontram envolvidos nos autos processuais, a exemplo das escrituras de compra e venda, prestação de contas, arrolamento de bens, e outros.

Conforme explícito no mapa 6, a área de maior concentração residencial, a qual foi notificada nos documentos oficiais, encontra-se no perímetro caracterizado atualmente por Rua Padre José Tomaz, que tem sua antiga denominação por Rua do Comércio e Rua do Coração de Maria, contando com cerca de 21 residências localizadas e descritas nos registros. O que atrai a atenção para tal informação, é que de acordo com Leitão (2005) a área contava com cerca de 32 residências. De modo que a partir da metodologia utilizada, com cruzamento e junção de fontes, o mapeamento de cerca de 65,6% desses imóveis é possível.

Além desta área, outra que pode ser destacada por sua significativa recorrência nos documentos, é a atual Avenida Presidente João Pessoa, que possui antigas denominações de Rua Nova e Rua do Sangradouro. O mesmo perímetro, segundo Leitão (2005) contava com cerca de 49 imóveis. Dentre estes, 20 podem ser mapeados nos documentos utilizados para esta montagem. Logo, 40,8% do total de imóveis presentes nesta localidade, puderam ser referenciados neste estudo.

Neste caso, fica evidente que apenas os documentos escolhidos para apoio desta pesquisa, não suprem toda a demanda do referenciamento acerca dos imóveis existentes na área urbana durante o período já delimitado, mas ainda que as mesmas possuam limitações para esta análise, representam um significativo apoio para o estudo realizado acerca da história da imagem urbana da cidade de Cajazeiras, pois em conjunto com os registros do imposto predial do ano de 1890, possibilitam criações visuais e históricas acerca do plano material- urbano da cidade.

Considerações Finais

Com base nos materiais visuais produzidos, fica evidente que é às margens do Açude Grande que a urbe cresce, no entanto, por se tratar de uma pequena cidade no fim do século XIX (**Mapa 4**) a maior parte das atividades existentes, eram desenvolvidas nessas imediações, a igreja, a feira e as escolas, se localizavam neste perímetro, portanto não é possível destacar apenas uma motivação, ou um critério para o desenvolvimento urbano, pois ele acontece em conjunto, a partir dos fatores destacados - e outros que aqui não foram citados.

Consequentemente, fica evidente que a urbanização da cidade de Cajazeiras não parte de motivações únicas ou isoladas, todo o processo está intimamente relacionado às práticas econômicas, sociais e culturais, as quais eram vividas na cidade e no campo. Por isso, independente dos discursos cristalizados e arraigados à memória e identidade da localidade, que sedimentam e resumem o processo aos pilares da historiografia tradicional, o mesmo é vasto e composto de inúmeros quesitos, logo, não deve ser compreendido como unilateral, mas sim como algo abrangente, que envolve as práticas cotidianas, as instituições, o comércio, a igreja, a agricultura, os indivíduos das mais variadas camadas sociais, o campo e a urbe.

Mediante o exposto, a história da imagem urbana Cajazeirense nos gera inúmeras questões sobre o espaço, mas que como qualquer outra pesquisa histórica, contém suas limitações na explicação. Sendo assim, todas as questões sugeridas neste estudo, funcionam como uma das inúmeras formas de compreender a cidade multifacetada e portadora de inúmeros significados. Seja nos documentos oficiais ou nos discursos informais construídos e ressignificados, a história da sua imagem e delimitação espacial é marcada por disputas, que possuem intencionalidades e inúmeros quesitos que são lembrados ou apagados da historiografia tradicional.

Por fim, a cidade em suas metáforas ou em seu plano material, é desde o momento de sua criação um espaço destinado a ser o centro do conflito, ela pode ser luz e sedução, como também império do crime e da barbárie, por isso, todas as questões aqui lançadas sobre a cidade em seu

plano material são limitadas, possuem várias vertentes, respondem questões, mas geram inúmeras outras sobre este espaço que está constantemente em processo de transformação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

JACQUES, Paola Berenstein. Pensar por montagens. In: JACQUES, Paola Berenstein; PEREIRA, Margareth da Silva (org.). **Nebulosas do Pensamento Urbanístico**: tomo i: modos de pensar. Salvador: Edufba, 2018. Cap. 1. p. 209-224. Disponível em: <http://www.laboratoriourbano.ufba.br/wp-content/uploads/2019/04/Nebulosas-do-Pensamento-Urbanistico-Tomo-I-Modos-de-pensar.pdf>. Acesso em: 1 out. 2020.

LEITÃO, Deusdedit. **Ruas de Cajazeiras**. João Pessoa: Ideal, 2005. Apoio: Prefeitura Municipal de Cajazeiras.

LEWIN, Linda. Parte Um: Economia Política: capítulo I. In: LEWIN, Linda. Política e Parentela na Paraíba: um estudo de caso da oligarquia de base familiar. Rio de Janeiro: Record, 1993. p. 4-430. Tradução de André Villalobos.

SILVA FILHO, Osmar Luiz da. **A viagem das formas**: a aquisição do moderno. 1999. 1 v. Tese (Doutorado) - Curso de História, Universidade Federal do Pernambuco, Recife, 1999. Cap. 5

SILVA, Lígia Maria Tavares da. **CARACTERÍSTICAS DA URBANIZAÇÃO NA PARAÍBA**. **Logepa**, João Pessoa, v. 3, n. 5, p. 34-39, dez. 2004.

OLIVEIRA, Francisco Álisson de. **PATRIMÔNIO MATERIAL DE CAJAZEIRAS – PB**: discursos além do concreto e cimento. 2015. 103 f. TCC (Graduação) - Curso de História, Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras, 2015.

CAPÍTULO 3

DESAFIOS DE TRABALHO COM DOCUMENTAÇÃO MANUSCRITA

Everson Moura da Silva

“Sem a Paleografia, a História seria apenas um amontoado de suposições ou um desfiar enorme de narrativas transmitidas pela tradição oral” (Ubirajara Dolácio Mendes).

Desde muito tempo os manuscritos antigos, sempre foram algo voltado à decifração dos povos ascendentes, para tanto não existia um manual de como ler ou escrever tais caracteres, pois a leitura e escrita, nem sempre foi algo acessível, os primeiros manuscritos, irão se desenvolver por uma necessidade profissional²⁵, a administração dos recursos/controlar dos alimentos na cidade de Uruk, no sul da região da Mesopotâmia. De qualquer forma, era considerada tão importante pelos antigos povos que esses atribuíam sua invenção a deuses e heróis (BERWANGER; LEAL, 2008, p. 39).

A partir do desenvolvimento dos primeiros manuscritos: Cuneiforme (3200a.c)²⁶, até os dias atuais a escrita sempre esteve em um processo de evolução e normalização, este último percebemos principalmente no desenvolvimento da caligrafia, o advento de máquinas que formatava o traço, a tinta e o meio de escrita, fez com que facilitasse a leitura e compreensão dos escritos, nesse processo que visou a criação de normas e formatos da escrita. Em contrapartida, a paleografia vem para estabelecer pontes, entre a decifração e o entendimento de documentos antigos para assim gerar-se um significado. O nascimento da Paleografia deu-se no século XVII. Na Idade Média e Renascimento, aparece razoável número de trabalhos de caráter paleográfico (transcrições, traduções, coleções de alfabetos etc) (BERWANGER; LEAL, 2008, p. 16).

Assim como cada ciência tem sua especificidade, na paleografia podem ser percebidas várias ramificações, podendo ser dividida em: diplomática, bibliográfica, numismática e epigráfica. Essas subdivisões, são criadas através do escopo do texto em que cada uma possui marcas características de um(a) intencionalidade/tipo do documento, mas todas partilham de um trabalho muito atencioso e refinado que a paleografia demanda. Da leitura de documentos antigos é que deriva a História (MENDES, 1953), e dessa forma percebemos que a paleografia

²⁵ A ideia da escrita surgiu ainda na pré-história, pois, desde o período neolítico e durante milênios, o homem praticou sistemas de contabilidade utilizando símbolos numéricos que serviam de auxílio na administração dos bens produzidos. (POZZER, 1998 p.61).

²⁶ Idem p. 62

em comum acordo, não querendo abranger a polissemia da palavra, se consolida como o estudo da evolução da escrita.

A pesquisa com documentação histórica manuscrita, se estende desde o Brasil Colonial até o início da República Velha, ao qual, demanda um trabalho voltado ao entendimento de documentos importantes, que majoritariamente foram produzidos por escrivães, que passaram a maior parte de sua vida dedicados a representar em papel as propostas da nação. É nesse cenário que nasce a Paleografia no Brasil, assim afirma Lima:

A escrita alfabética chegou ao Brasil com os portugueses, no século XVI. Esta escrita era eclética, pois se podem encontrar documentos com escrita assentada (letras separadas e bem traçadas), cursiva e processada. Um exemplo da processada é a carta de Pero Vaz de Caminha comunicando ao Rei, a “descoberta” de novas terras (LIMA, 2014, p. 25).

Destarte, a paleografia vem para estudar esses escritos e símbolos impressos através da mão desses escribas, escrivães e amanuenses²⁷, essa dedicação podemos perceber em documentos produzidos majoritariamente pelo Estado, como: inventários, testamentos, registros de batismos, registros de casamentos, alforrias, cartas, entre outros. Os escritores dessa época não tinham um meio para normatizar a escrita sendo assim cada um possui um traço ao qual muitos deles colocavam sua identidade na escrita. Sendo assim, o trato com esses documentos tem que ser único, porque a letra está em constante evolução, é somente com o desenvolvimento de máquinas e aperfeiçoamento da escrita, que conseguiremos ler os documentos de imediato, sem o trabalho paleográfico. Até a atualidade, desenvolveram-se três vertentes de estudos paleográficos: a de leitura, a crítico-analítica e a Paleografia como história da escrita e história do alfabetismo²⁸. A pretensão de falar sobre Paleografia, neste trabalho, é justamente ir de encontro com a análise das letras e sua estrutura nos inventários e trazer algumas discussões sobre a necessidade de conhecer e experimentar o trabalho com esses documentos.

27 São funcionários públicos que se dedicam a copiar textos ou documentos com seu próprio punho.

28 Ler sobre o desenvolvimento das vertentes de estudo da Paleografia em, ARAÚJO, Roberto Jorge Chaves. **As normas técnicas para transcrição e edição de documentos manuscritos e alguns fatos gráficos da história da escrita nelas normalizados.** Universidade Estadual da Paraíba, 2014. Disponível em: http://www.al.pb.leg.br/elegispb/wp-content/uploads/2013/08/TEXTO_DO_PROF._DR.ROBERTO_JORGE_CHAVES_ARAUJO_1.pdf. Acesso em 11/02/2021.

Paleografia e o trabalho com os inventários

No primeiro capítulo deste livro, Ayrle Figueiredo nos ajuda a perceber as múltiplas possibilidades de trabalho com a documentação manuscrita, com o foco em inventários²⁹, processos e outras fontes citadas. A paleografia dentro desse documento, vem para estabelecer algumas regras e mostrar também que essa ciência, está em produzir fatores de assimilação e intimidade com esses documentos.

Os desafios enfrentados no trabalho com documentação manuscrita vão muito além da decifração desses documentos, está em entender a historicidade por trás dele, em que época era escrita, através da datação tinha uma maior noção do tempo e espaço ao qual o sujeito estava submetido. Essas elaborações, que geralmente estava expressa no papel pelos escrivães, fez com que o escrivão entre penas e tinteiros fosse um “pintor” da veracidade, ao qual, produzia em papel uma representação gráfica da realidade que estava à vista .

É fundamental para o pesquisador, ter um contato frequente com esses manuscritos, a prática gera uma intimidade com esses escritores e ao se fazer leituras, constantemente, ficará mais leve a experiência e intimidade com a leitura dos escritos. Depende também de conhecimentos variados, da posse de uma paciência beneditina, de uma espécie de capacidade de adivinhação em certos casos, de atenção minuciosa e constante (MENDES, 1953, p.104).

Com o passar do tempo, a prática gera um maior senso para identificarmos, algo característico do escrivão, nada disso é desproposital, ou seja, a identidade escritural faz parte da labuta do escrivão, como afirma MENDES (1953, p.24) “com a intenção de embelezar a cópia feita e assim valorizar o seu trabalho, cada escriba enfeitava as letras acrescentando-lhe caudas inúteis, pontas recurvadas, floreios, alças, sinuosidades, etc”. É involuntário, percebemos essas feições singulares em um texto manuscrito por cada escrivão e assim, tratarmos com uma grande intimidade, Eles por muitas das vezes, passaram anos anotando dados de juízes, governadores e provedores do império, a intimidade com a escrita do escrivão é importante para o desvendamento correto do texto manuscrito, que decodificados de forma errônea, irão trazer dados imprecisos.

29 BELLOTTO, Heloísa Liberalli, p.70-71 define o *INVENTÁRIO POST MORTEM* como: documento diplomático testemunhal de assentamento, horizontal, notarial. Lista contendo a descrição individual e pormenorizada de todos os bens da herança, sejam eles móveis, imóveis, semoventes e dívidas. Protocolo inicial: datas tópica e cronológica em texto corrente. Autoridades judiciais e notariais que realizam o ato. Referências ao inventariado. Assinaturas das autoridades. Texto: dados sobre os filhos. Arrolamento detalhado dos bens e seus valores. Protocolo final: termos e registros anexos.

Principais tipos gráficos

Algumas formas de escrita são fundamentais para o entendimento e o trabalho com documentos manuscritos. Aqui apresentarei brevemente algumas delas que são consideradas primordiais para o desenvolvimento e evolução da Paleografia enquanto ciência.

A. Escrita capital

Seria essa a letra que mais encontramos na escrita atual, formatando a escrita do ocidente, com letras retilíneas. Não há mudanças radicais, pois ainda utilizamos nos dias atuais ao se escrever em letras maiúsculas.

De notar-se, entretanto, que os escribas, buscando escrever mais correntemente, começaram insensivelmente a alterar os caracteres da capital quadrada, encurvando os traços e desobedecendo à precisão do encontro de linhas em ângulos retos (MENDES, 1953, p. 26).

A Escrita capital rústica se deriva, por uma necessidade de escrita mais próxima entre as letras, formando assim inevitavelmente um traço um pouco diferenciado. Também havia a Capital Cursiva usada em documentos que não exigiam uma escrita bem cuidada, como exemplo, cartas, poemas, etc (LIMA, 2014, p. 22).

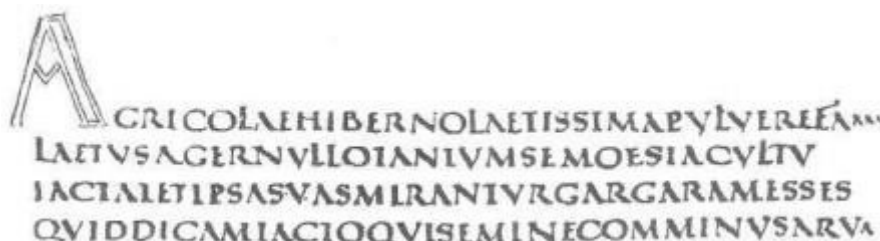
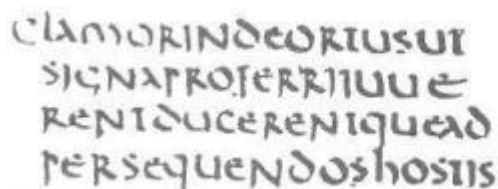


Figura 1: BERWANGER; LEAL, 2008, p. 62.

B. Escrita uncial

Por volta do século IV ao VI, a escrita Uncial introduziu as linhas curvas na escrita latina (LIMA, 2014 p. 22). É na escrita uncial que se começa a observar a influência da escrita cursiva. Chama-se cursiva a escrita corrente, que hoje diríamos "manuscrita", em contraposição à "de forma" (MENDES, 1953, p. 27). O traço dessas letras, são hoje as minúsculas, dentro do nosso alfabeto.



CLAMOR IN DEO RITUSUI
SIGNA PRO FERITIUUE
RENTIDUCERENIQUED
PERSEQUENDOSHOSTIS

Figura 2: BERWANGER; LEAL, 2008, p. 63.

C. Escrita cursiva

Com a introdução dessa escrita o copista poderia imprimir sua identidade no traço, o que permitia uma maior liberdade de escrita. Como corrobora MENDES (1953) “quanto à escrita cursiva, não se pode dizer que tenha formado tipos. A mão mais ou menos prática do copista, ou a sua fantasia, podiam alterar grandemente a escrita.”

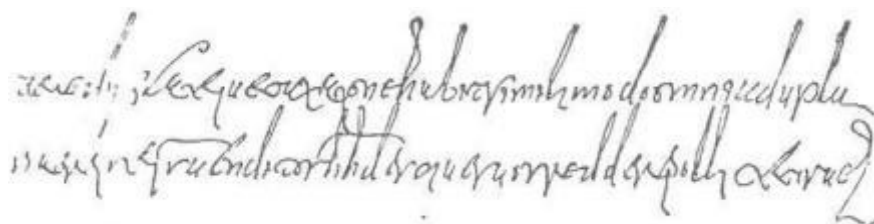


Figura 4: BERWANGER; LEAL, 2008, p. 65.

D. Escritas nacionais-carolíngia

Essa escrita foi incorporada no alfabeto das letras minúsculas, a sua aceitação foi enorme, dentre outras escritas nacionais, que surgiram no mesmo período pelo seu formato harmonioso. É equilíbrio entre o arredondamento e o retilíneo, com traços de pouca extensão, mas que permitia uma liberdade de escrita para o indivíduo. Possuindo as seguintes características³⁰:

- letra minúscula;
- arredondada, hastes baixas;
- formas regulares, simples, claras, sem rebuscamento.

³⁰ A escrita carolíngia foi trazida para Portugal pelos padres da Ordem de Cluny e seguia essas características (BERWANGER; LEAL, 2008, p.65)

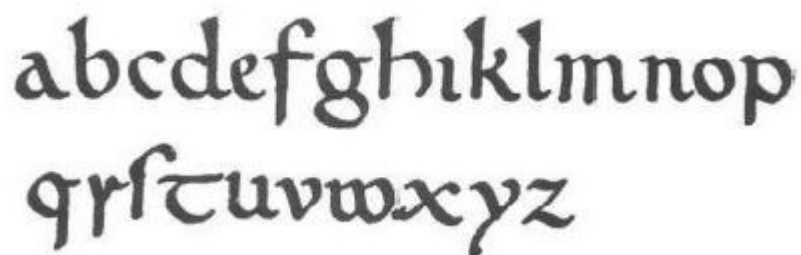


Figura 5: BERWANGER; LEAL, 2008, p. 65.

E. Escrita gótica

É uma variação da escrita carolíngia, também surgida na França ao qual caracterizava-se pelo traçado rápido, pela tendência à união das letras, que eram mais angulosas, com hastes caídas para a esquerda e por traços longos e finos envolvendo a letra (BERWANGER; LEAL, 2008, p. 66). A modelo temos a Gótica clássica, as quais derivou-se três variantes: Gótica cortesã, encadeada e processual.

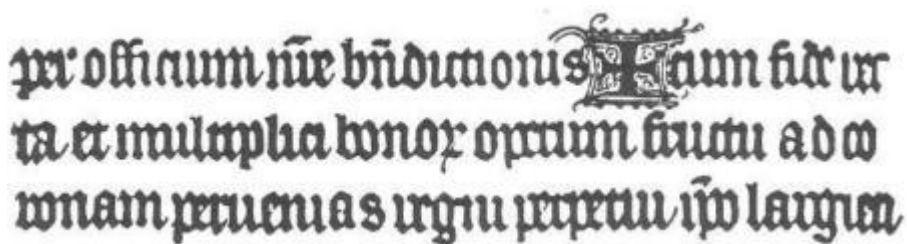
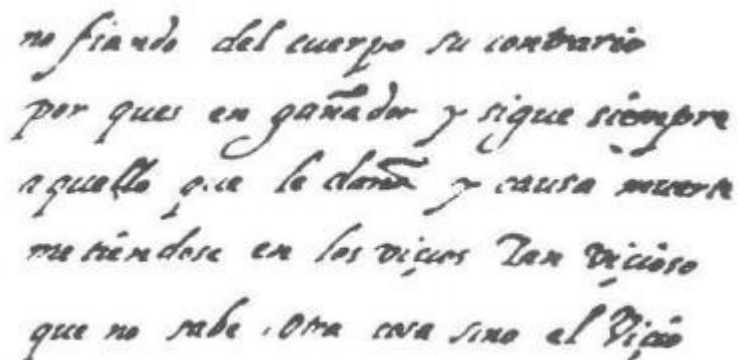


Figura 6: Gótica Clássica. Fonte: BERWANGER; LEAL, 2008, p. 66.

F. Humanística

É o traço de escrita mais utilizado pelos ocidentais hodiernamente. Nascida no período do Renascimento, ao qual carrega traços da gótica processual e carolina. tendo suas características, em escrita cursiva:

- inclinada;
- arredondamento das letras;
- diferenciação de maiúsculas e minúsculas.



no fiando del cuerpo su contrario
por que es ganador y sigue siempre
a quello que le daña y causa muerte
me tiéndose en los vicios Tan vicioso
que no sabe otra cosa sino el Vicio

Figura 6: Humanística cursiva. Fonte: BERWANGER; LEAL, 2008, p. 68.

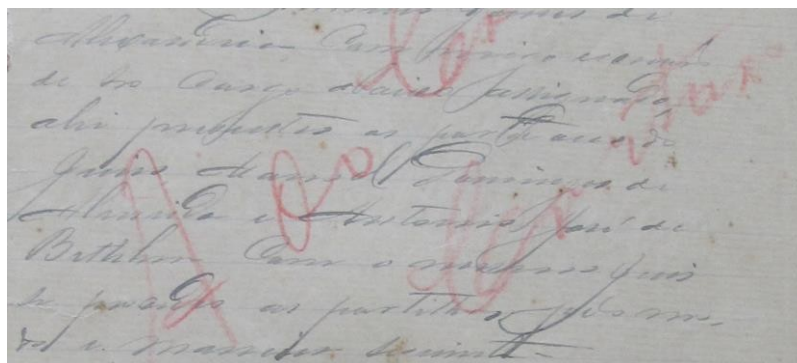
As dificuldades encontradas pelo leitor no que tange à caligrafia:

- a) Falta de acentuação na letra: “i”;
- b) Falta de pontuação;
- c) Palavras ligadas (escrita encadeada);
- d) Palavras separadas;
- e) Letras que se confundem;
- f) Tamanho das letras;
- g) Encontro de riscos;
- h) peso da tinta.

- a) A acentuação de palavras, se estabelece como uma “problemática” dentro da decodificação dos documentos manuscritos, pois a língua portuguesa, está em constante revisão e correção de palavras. Desse modo a habitualidade de ver uma letra pode ser confundida com traços e a letra “L” minúsculas, sempre, nos causa dúvidas quando o “i” não está acentuado, cabe ao sujeito está atento a esse aspecto.
- b) A pontuação na escrita é um dos fatores essenciais para o entendimento semântico do texto, algumas palavras possuem significados que estão fora do nosso tempo no documento.
- c) O encadeamento das palavras também é um dos principais fatores de confusão ao fazer a decodificação do texto, essas palavras concatenadas³¹ pode ser um fator de confusão do leitor, vir juntas ou ligadas por traços.

³¹ Unidas, encadeadas.

- d) Em alguns manuscritos, o escrivão ao deixar espaços maior que o habitual, faz com que nos leve a confundir o início de outra palavra, mas na verdade é uma separação maior do que o normal, isso pode ocorrer, pelo fato que a tinta pode acabar na hora ao qual, está escrevendo alguma palavra e na continuação da mesma o escrivão vai um pouco mais a frente voltando a escrever.
- e) Muitas das letras podem ser confusas principalmente, escrita na forma minúscula e dessa forma, é muito comum confundirmos na hora da escrita “C” com o “P”, “S” com “C”, “D” com o “A”.
- f) Algumas letras alongadas, reduzidas ou achatadas, modificam a morfologia das palavras, fazendo com que haja uma maior dificuldade na decifração, no final das linhas, é frequente modificar as palavras.
- g) Nos inventários do fórum municipal de Cajazeiras, algumas folhas possuem riscos de grafite, outras coloridas de vermelho, azul e até mesmo um esfumado preto. Isso pode ser decorrência de um descuido no manuseio dos mesmos.



Fonte: Primeira folha do Auto de partilha, 1892.

- h) A quantidade de tinta ou grafite, que o escrivão precisa vai depender de cada um, haja vista que alguns possuem um traço mais pesado, o que acarreta em um meio base mais úmido, assim, fazendo a tinta perpassa o meio base da escrita, o que causa uma dificuldade na visualização das letras.

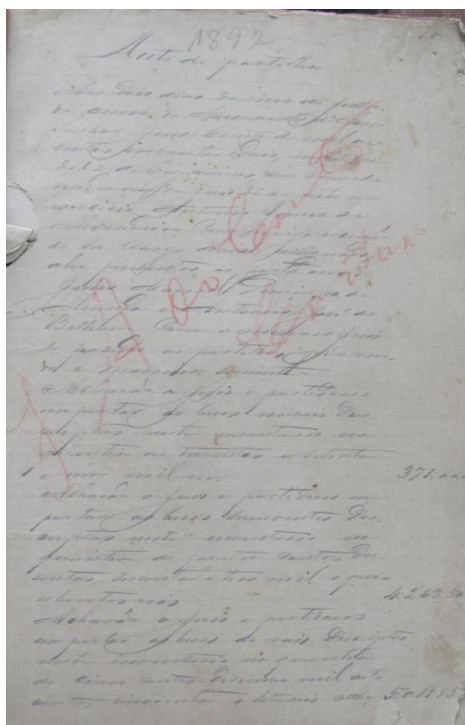
As dificuldades encontradas pelo leitor de manuscritos, no que tange ao estado de conservação do documento.

- a) folhas deterioradas;
- b) Perfurações;
- c) Manchas escuras;

- a) Apesar de estar dentro de um local seguro, teoricamente, os inventários e processos possuem algumas partes deterioradas, pelo fato de trabalharmos com documentações a partir de 1876, muitas das vezes encontramos partes rasgadas ou corroídas pela ação temporal.
- b) As perfurações no documento manuscrito são seguidamente encontradas nos inventários *post-mortem* em algumas folhas, sendo também um fator de deterioração, mas que pode ser causado por traças ou outros insetos.
- c) A exposição do documento à umidade, pode ocasionar manchas, que dificultam a leitura, que podem causar confusão. Pelo fato das extremidades estarem em contato maior com a umidade, encontramos frequentemente o amarelamento maior nos extremos da folha.

Prática e Regras Básicas de Transcrição

A primeira folha do inventário identificado na nossa documentação como: 1892 _(1) processo (Caixa Azul 1873.1938), foi decodificada de forma *ipsis litteris*. A transcrição paleográfica reproduz integralmente o texto da folha[1] do documento, seguindo as Normas Técnicas para Transcrição e Edição de Documentos Manuscritos, de 1993, estabelecidas pelo Arquivo Nacional do Brasil. Segue abaixo o anexo e em seguida a transcrição do documento manuscrito.



Fonte: Arquivo digital produzido no Fórum Promotor Ferreira Júnior. Cajazeiras, Paraíba, Brasil.

Transcrição do documento

[fl.1 - frente]

1892

Auto de partilha

1 Aos dois dias do mês de junho

2 do anno do nascimento de nosso

3 senhor Jesus Christo de mil oito

4 centos e oitenta e dois nesta ci=

5 dade de Cajazeiras na pessoa do

6 excelentíssimo juis de orphãos em

7 exercício Antonio Gomes de

8 Alexandria com Arrogo excessão do cargo

9 de do carga abaixo assignado

10 ahi protesto as pastas

11 juis Manoel de Domingo de

12 12 Alamita e Antonio jose de

13 Bethlem com o nosso juis

14 de parecendo as partilhas do outro

15 dia e mantida seguinte

16 Acharão o juis e partirão

17 em partes os bens móveis des=

18 criptos neste inventário na quantia de tresentos e setenta

19 e um mil reis

<371:000>

20 Acharão o juis e partirão na

21 postos os bens inventariado des=

22 22 criptos neste inventario na

23 quantia de quatro contos du-

24 -sentos sessenta e tres mil e qui-

25 -nentos reis

<4:263:500>

26 Acharão o juis e partiram

27 em partes os bens de raiz descriptos

28 neste inventário na quantia

29 de cinco contos desenove mil oito

30 centos cinquenta e sete reis cada

<5:019:857>

Análise Paleográfica, sobre o documento transcrito

Percebemos no documento de cunho diplomático (inventário *post-mortem*), uma estrutura que permanece em todos esses. O documento diplomático pode ser decomposto em: protocolo inicial, texto e protocolo final ou escatocolo (BERWANGER;LEAL, 2008, p. 30). O protocolo inicial, identificamos no início desse fragmento, ao qual ocorre uma invocação do divino: “Aos dois dias do mês de junho do anno do nascimento de nosso senhor Jesus Christo”.

No texto, não há presença de selos ou estampilhas e ocorre um destrinchar dos bens possuidores do inventariante, ao qual discorre os bens de raiz, bens de imóveis e os semoventes, possui um tipo de escrita: Humanística cursiva, documento datado do século XIX, caracterizada por ter um tratamento espontâneo das letras, tratar-se de uma escrita rápida, comum em documentos jurídicos. Características gerais: inclinada a direita, com “J” e “F” minúsculo muito característico.

Normas técnicas para transcrição e edição de documentos manuscritos³²

Objetivo: Estas normas fixam diretrizes e convenções para a transcrição e edição de documentos manuscritos. Destina-se a unificar os critérios das edições paleográficas, possibilitando uma apresentação racional e uniforme.

1. Grafia

Quanto à grafia seguir-se-ão os seguintes critérios:

1.1 Serão separadas as palavras grafadas unidas indevidamente e serão unidas as sílabas ou letras grafadas separadamente, mas de forma indevida. Excetua-se as uniões dos pronomes proclíticos (madê, selhedê), mesoclíticos e enclíticos às formas verbais de que dependem (meteremselhe, procurase).

1.2 As letras serão grafadas na forma usual, independente de seu valor fonético.

1.3 O s caudado duplo será transcrito como ss e o simples como s.

1.4 O R e S maiúsculos, com som de rr e ss serão transcritos R e S maiúsculos, respectivamente.

1.5 As letras ramistas b, v, u, i, j, serão mantidas como no manuscrito.

1.6 Os números romanos serão reproduzidos de acordo com a forma da época.

1.7 Aos enganos, omissões, repetições e truncamentos, que comprometam a compreensão do texto, recomenda-se o uso da palavra latina [sic] entre colchetes e grifadas.

1.8 As abreviaturas não correntes deverão ser desenvolvidas com os acréscimos em grifo.

1.9 As abreviaturas ainda usuais na atualidade, ou de fácil reconhecimento, poderão ser mantidas.

1.10 Os sinais especiais de origem latina e os símbolos e palavras monogramáticas serão

³² Acesso: <https://www.gov.br/arquivona-cional/pt-br>.

desdobrados, por exemplo, &r^a = etc.; IHR = Christus.

1.11 Os sinais de restos de taquigrafia e notas tironianas serão vertidos para a forma que representam, grifados.

1.12 O sinal de nasalização ou til, quando com valor de m ou n, será mantido.

1.13 Quando a leitura paleográfica de uma palavra for duvidosa, colocar-se-á uma interrogação entre colchetes depois da mesma: [?]

1.14 A acentuação será conforme o original.

1.15 A pontuação original será mantida.

1.16 As maiúsculas e minúsculas serão mantidas.

1.17 A ortografia será mantida na íntegra, não se efetuando nenhuma correção gramatical.

2. Convenções

Para indicar acidentes no manuscrito original, como escrita ilegível ou danificada, serão utilizadas as seguintes convenções:

2.1 As palavras que se apresentam parcial ou totalmente ilegíveis, mas cujo sentido textual permita a sua reconstituição, serão impressas entre colchetes.

2.2 As palavras ilegíveis para o transcritor serão indicadas com a palavra ilegível entre colchetes e grifada: [ilegível].

2.3 As linhas ou palavras danificadas por corrosão de tinta, umidade, rasgaduras ou corroídas por insetos ou animais serão indicadas, por exemplo, pela expressão corroído entre colchetes e grifada e com a menção aproximada de seu número:
[corroídas ± 6 linhas].

2.4 Os elementos textuais interlineares ou marginais autógrafos que completam o escrito serão inseridos no texto entre os sinais <...>.

2.5 Quando não forem autógrafos, serão indicados em nota de rodapé.

2.6 As notas marginais, não inseríveis no texto, serão mantidas em seu lugar ou em seqüência ao texto principal com a indicação: à margem direita ou à margem esquerda.

2.7 As notas de mão alheia serão transcritas em rodapé.

3. Assinaturas e sinais públicos

3.1 As assinaturas em raso ou rubricas serão transcritas em grifo.

3.2 Os sinais públicos serão indicados entre colchetes e em grifo: [sinal público].

4. Documentos mistos

4.1 Os caracteres impressos que aparecem em documentos mistos recentes serão transcritos em tipos diferentes. Incluem-se aqui os formulários, timbres, fichas-padrão, carimbos, siglas etc.

5. Selos, estampilhas, etc

5.1 Os selos, sinetes, lacres, chancelas, estampilhas, papéis selados e desenhos serão indicados de acordo com a sua natureza entre colchetes e grifado: [estampilha].

5.2 Os dizeres impressos e o valor das estampilhas serão transcritos dentro de colchetes e em grifo: [estampilhas, 200 rs].

6. Referência

6.1 Recomenda-se o uso de um sumário, antecedendo cada texto, composto de datação e resumo de conteúdo.

6.2 Será sempre indicada a notação ou cota do documento para fins de localização no acervo da instituição.

6.3 Sempre se indicará se o documento é original, apógrafo, 2ª via etc.

7. Apresentação gráfica

7.1 A transcrição dos documentos poderá ser linha por linha ou de forma corrida.

7.2 Será respeitada a divisão paragrafada do original.

7.3 As páginas serão numeradas de acordo com o documento original, indicando sempre a mudança de cada uma, entre colchetes e no meio do texto, incluindo-se o verso: [fl. 3], [fl. 3v].

7.4 Se o original não for numerado, caberá ao transcritor numera-las. Os números acrescentados serão impressos entre colchetes e em grifo: [fl. 4], [fl. 4v].

7.5 As folhas em branco serão indicadas entre colchetes e em grifo: [fl. 13, em branco].

8 Observações

8.1 Toda edição deverá ser precedida de um texto preliminar em que se indicará o objetivo da publicação, remetendo-a, quanto aos critérios e convenções, para Normas Técnicas para Transcrição e Edição de Documentos Manuscritos.

8.2 É recomendável a utilização de índice remissivo.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Elias Alves de ; LIMA, M. S. de . **Estudo paleográfico de manuscrito do século XVIII: edições fac-similar e semidiplomática.** Almanaque CIFEFIL , v. 1, p. 1-16, 2011.

ARAÚJO, Roberto Jorge Chaves. **Edição da transcrição paleográfica de documento manuscrito sobre o envio da legislação eleitoral imperial ao presidente da Província da Paraíba (1824): aplicação da NTEDM 1.3 .** João Pessoa, Paraíba, 2011.

ARAÚJO, Roberto Jorge Chaves. **As normas técnicas para transcrição e edição de documentos manuscritos e alguns fatos gráficos da história da escrita nelas normalizados.** Universidade Estadual da Paraíba, 2014. Disponível em: http://www.al.pb.leg.br/elegispb/wp-content/uploads/2013/08/TEXT0_DO_PROF._DR.ROBERTO_JORGE_CHAVES_ARAUJO_1.pdf. Acesso em 11/02/2021.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo.** São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado, 2002.

BERWANGER, Ana Regina. **Noções de paleografia e diplomática.** Ana Regina Berwanger, João Eurípides Franklin Leal. 3. ed. rev. e ampl. - Santa Maria : Ed. da UFSM, 2008.

LIMA, Silmara dos Santos. **Paleografia e manuscritos: do passado ao contemporâneo / Silmara dos Santos Lima.** João Pessoa, 2014. 76f. Il.

MENDES, Ubirajara Dolácio. **Noções de paleografia.** São Paulo: Arquivo público do Estado de São Paulo, 1953.

POZZER, Katia Maria Paim. **Escritas e escribas: o cuneiforme no antigo Oriente Próximo.** São Paulo, v. 11/12, n. 11/12, p. 61-80, 1998/1999.

CAPÍTULO 4

ANÁLISE E ORGANIZAÇÃO DE DADOS

Hava Mariana de Oliveira Santana

Metodologia do trabalho

Ao longo da trajetória acadêmica, seja esta enquanto aluno, pesquisador ou historiador, é de notório saber que em algum momento teremos que ter contato direto com as fontes históricas. O local onde se encontram estas fontes irá depender do objeto escolhido pelo pesquisador, e também pelos recortes feitos no tempo e no espaço. A fonte histórica que guia esta pesquisa, os inventários *post-mortem*, fazem parte do arquivo judicial, bem como os testamentos, processos crimes e processos cíveis. É necessário entender que ao entrar em contato com estas fontes, o historiador deverá estar dotado de noções mínimas dos usos e dos tratos com a documentação.

Sendo assim, nas fases iniciais do projeto de pesquisa, os inventários judiciais encontrados na 2ª Vara do Forum Dr. Ferreira Junior, precisaram ser digitalizados para que a pesquisa pudesse ter andamento, isso é justificado pelo motivo de que a documentação não pode sair do domínio judicial e o tempo de presença no próprio arquivo era muito limitado, tendo em vista que os processos não estavam armazenados em local apropriado. Em diálogo com Carlos Bacellar (2005), o autor discute sobre o descaso do Poder Judiciário com os arquivos que se acumularam ao longo do anos em seu poder, percebemos que o mau uso da documentação e do próprio arquivamento documental é sintomático no Brasil, sendo comum esta situação em vários estados do país.

A importância dos arquivos judiciais para a pesquisa histórica é bastante evidente, apesar do descaso com que o Poder Judiciário insiste em tratar os acervos que acumulou ao longo dos séculos. É possível encontrar partes da documentação judiciária em arquivos públicos, principalmente no que diz respeito ao período colonial. De forma geral, estão disponíveis grandes séries de inventários e testamentos, autos cíveis e autos crimes (BACELLAR, 2005, p. 35).

Ao nos deparar com a documentação, percebemos que a digitalização era a escolha mais coesa a se fazer, conhecendo o nível de conservação e o trato com a fonte, os inventários foram encontrados em situação de péssimo armazenamento, sendo encontrados em um galpão, com páginas marcadas pelo tempo, manchadas ou incompletas, comidas por traças e até mesmo quebradiças. Assim que digitalizados, os inventários poderiam ser facilmente consultados por

nossa equipe e também, por qualquer outra pessoa que tivesse a curiosidade de fazê-lo, sem que houvesse a necessidade de se ficar lidando diretamente com a fonte histórica física.

Digitalizados e disponíveis para a consulta, pudemos passar para a etapa de divisão da documentação por pastas, de acordo com o arquivamento feito pelo Poder Judicial, e depois para a distribuição da documentação entre os componentes do grupo de pesquisa, e assim a leitura dos inventários foi iniciada. Ao nos deparar com a quantidade de informação encontrada, percebemos que precisaríamos de uma metodologia de organização e classificação de tudo o que fosse encontrado. A partir do diálogo com o historiador Adriano Teixeira (2012), que também trabalha com a pesquisa acerca dos inventários *post-mortem*, tivemos a oportunidade de começar a utilizar um tipo de ficha de exploração de dados elaborada por ele, modificando à medida que nos é necessário, adaptando-a ao tipo de informação que encontramos.

A ficha de exploração tem por principal objetivo o mapeamento das informações encontradas, sendo possível a posteriori realizar análises de caráter quantiqualitativo do espaço e do recorte temporal escolhidos a partir dos questionamentos lançados à fonte. As primeiras informações a serem preenchidas na ficha são de caráter geral, apresentando o número do processo, data de elaboração do inventário, se havia carta testamentária ou não, nome do inventariado e do inventariante, etc.

Imagem 1 - Ficha de Exploração (cabeçalho)

FÓRUM CZ	Processo #:	Dia:	Mês:	Ano:	Testamento ()Sim ()Não Tipo:
Inventariado:				Profissão:	
Estado Civil:		Naturalidade:		Nacionalidade:	
Inventariante:				Parentesco:	
Local:					

Fonte: Projeto de Pesquisa PIBIC “Cidade(s) Inventariada(s): Cultura material e redes familiares em Cajazeiras, PB (1876-1900)”.

O inventário é um instrumento fundamental para medição das riquezas e da cultura material herdadas e partilhadas entre as famílias ao longo dos séculos, se este fato se apresenta como uma das maiores potencialidades da documentação, também implica na sua maior limitação enquanto fonte histórica. Isso se explica porque a maior quantidade de informações envolvem membros pertencentes às elites locais, ou seja, um público menor e que não abarcava todos os personagens históricos da localidade. Sendo assim, o inventário permite ao pesquisador analisar a cultura material a partir da listagem das riquezas, que consistia na

quantidade de joias, animais, escravos, pertences domésticos, mobiliário e propriedades pertencentes àquelas famílias. Essas informações também se encaixam na nossa ficha de exploração de dados como se observa na imagem abaixo.

Imagem 2 - Ficha de Exploração (descrição dos bens - parte 1)

Pertences e utensílios domésticos – Valor Total =			
Utensílio	Valor	Utensílio	Valor
Mobiliário – Valor Total =			
Mobiliário	Valor	Mobiliário	Valor
Dinheiro – Valor Total =			
Dinheiro	Valor	Dinheiro	Valor
Jóias – Valor Total:			
Jóias	Valor	Jóias	Valor

Fonte: Projeto de Pesquisa PIBIC “Cidade(s) Inventariada(s): Cultura material e redes familiares em Cajazeiras, PB (1876-1900)”.

A pesquisa nos leva a construir e contribuir para a história local a ser trabalhada, no nosso caso em Cajazeiras - Paraíba, compreendendo um pouco quem eram os sujeitos históricos e como funcionavam a dinâmica social naquele dado momento, também nos é permitido lançar indícios de quando se trata dos aspectos econômicos, políticos e sociais. A partir do número de propriedades ou onde estavam localizadas, e até mesmo a quantidade de animais, consegue-se lançar luz sobre a possível ocupação do inventariado, se sua fonte de renda consistia no trabalho com o gado ou com a agricultura, a depender também do número de ferramentas utilizadas neste tipo de trabalho.

Imagem 3 - Ficha de Exploração (descrição dos bens - parte 2)

Equipamentos – Valor Total =					
Equipamentos	Valor	Equipamentos	Valor		
Outros – Valor Total =					
Outros	Valor	Outros	Valor		
Instrumentos Profissionais					
Tipo	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total		
Machados					
Enxadas					
Foice					
Tear					
Rodas de Fiar					
Engenho					
Roças/Colheita					
Animais					
Espécie	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total		
Bois de Carga					
Bovinos					
Porcos					
Muare					
Equinos					
Ovinos					
Caprinos					
Escravos – Valor Total =					
Nome	Saúde/Estado	Origem	Idade	Profissão	Valor

Fonte: Projeto de Pesquisa PIBIC “Cidade(s) Inventariada(s): Cultura material e redes familiares em Cajazeiras, PB (1876-1900)”.

Ainda que seja interessante, nem sempre a profissão dos inventariados nos é informada através da fonte, o que impede uma análise detalhada das ocupações exercidas pelos envolvidos nos processos, com exceção dos cargos públicos como juízes e escrivães, já que esses eram sempre mencionados.

Outras características dos inventariados também são pertinentes. Parece que informar a ocupação não era uma prática recorrente ao período, uma vez que encontramos poucas menções, a saber: um ajudante, um carpinteiro, um padre. Já a distinção por meio de títulos se faz mais presente (TEIXEIRA, 2012, p. 70-71).

Em nosso universo de pesquisa, encontramos o inventário da Dona Josefa Dina do Couto Cartaxo³³, que com o seu montante avaliado no valor de 10:498\$000 (dez contos quatrocentos e noventa e oito mil réis), possuindo um total de 135 animais, dentre eles bois de lote, “novilhotas”,

³³ Inventário da Dona Josefa Dina do Couto Cartaxo, elaborado em 21 de Abril de 1883. Fonte: Processo #:1883_19processo(CaixaCinza_1851.1883)

ovelhas, cabras, “poltros”, vacas “solteiras” e “paridas”, etc. Além de equipamentos de montaria, possuía também ampla quantidade de propriedades dentro e fora da comarca de Cajazeiras, PB. Ainda que sua ocupação não seja informada pelo inventário, ela possui o título de distinção de dona³⁴, uma insígnia que remete ao seu status social (TEIXEIRA, 2012), e que se legitima à medida que se faz a leitura dos bens a serem partilhados. Nos permitindo pensar que além de membro da elite local, a Dona Dina muito provavelmente estava inserida em atividades que envolviam a agricultura e a pecuária, principais atividades econômicas desenvolvidas no alto sertão paraibano.

Sendo esta fonte histórica plural e dotada de um amplo leque de informações, a leitura do inventário deve ser feita de forma cautelosa e metódica, como discutido no capítulo anterior, isso implica dizer que para se lidar com a documentação é necessário que haja a educação do olhar, fazendo a transcrição³⁵ do mesmo, prestando atenção ao que está escrito e às abreviaturas presentes, que por muitas vezes podem confundir o leitor.

Observando a imagem das fichas de exploração de dados podemos compreender que a ficha se torna uma das principais ferramentas de estudo e análise nas mãos dos historiadores, sendo possível preenchê-la com o maior número de informações encontradas na fonte documental. Sabendo do nível de dificuldade que envolve a leitura de documentos manuscritos, a ficha configura-se então como um guia prático para consulta e estudo dos dados, e é partindo disso que começamos a delinear as análises possíveis. Na próxima seção será possível ao leitor visualizar o catálogo de fichas elaborado por nós a partir da leitura feita da documentação.

34 BLUTEAU (séc. XVIII) apud. ALENCAR (2017, p. 89), ser dona significaria “Título de mulher nobre”. Privilégio de Damas que se comunica às Donas. Mulher viúva de qualidade, que no palácio assiste a uma rainha, ou a uma princesa. Dona Mulher de idade, que serve em uma casa de capela, à diferença das donzelas.”

35 A transcrição documental deve ser feita de acordo com as regras da Paleografia, no entanto, no decorrer da nossa pesquisa a transcrição não é uma obrigatoriedade. Quando se faz a transcrição, na maior parte dos casos ela não é feita na íntegra, ou seja, tal qual está na fonte escrita e correspondendo aos métodos da Paleografia, transcrevemos apenas dados essenciais para o preenchimento das fichas de exploração.

Fichas de Exploração: Catálogo dos Processos entre os anos de 1871 e 1901 ³⁶

1871

1. Auto de Embargo de uma dívida

Villa de Cajazeiras, Paraíba, 1871.

Processo_1891(CaixaCinza_1855.1886)

Auto de embargo de uma dívida no valor de 1:657\$477, que tem como justificante João Ferreira Pinto de Mendonça e justificados José Themoteo de Souza e Raimundo Valeriano de Souza

1874

1. Crime cometido contra Ana Maria do Amor Divino

Villa de Cajazeiras/Comarca de Sousa, Paraíba.

Processo_1895_40 processo(CaixaAmarela_1864.1865)

Processo por crime cometido por Dominga Arselina de Souza contra Ana Maria do Amor Divino.

1876

1. Inventário de Salvador de Luna Ramalho

Villa do Piancó, Comarca de Sousa, Paraíba, 1876.

Processo_1876_(1)(CaixaAzul_1867)

Inventário de Salvador Luna Ramalho, requerido por sua viúva Dona Anna Rodrigues dos Santos.

2. Inventário de Salvador de Luna Ramalho

Villa de Cajazeiras, Paraíba, 1876.

Processo_1876_(2)(CaixaAzul_1867)

Inventário de Vitalina Maria de Jesus, requerido pelo viúvo José Vicente de Araújo

3. Inventário de Manoel Gonsalves da Silveira

Sítio Varge da Caiçara/Termo de Cajazeiras, Paraíba, 1876.

Processo_1876_(2)processo(1)(CaixaAzul_1867)

Inventário de Manoel Gonsalves da Silveira, requerido pela sua viúva Dona Maria Francisca Xavier

³⁶ A leitura dos processos dos últimos anos do fim do século XIX ainda está para ser concluída, o catálogo poderá ser atualizado posteriormente.

4. Inventário de Herminio José de Sousa

Cajazeiras, Paraíba, 1876.

Processo_1876_(1)processo(1)(CaixaAzul_1867)

Inventário de Hermino José de Sousa, requerido por sua viúva Dona Generoza Maria da Conceição.

5. Inventário de Raimundo Joze de Freitas

Villa e Comarca de Cajazeiras, Paraíba, 1876.

Processo_1876_(3)(CaixaAzul_1867)

Inventário de Raimundo Joze de Freitas, requerido por sua esposa Dona Theodora Maria de Jesus

6. Inventário de Ana Marina Bizerra

Fazenda Caza Nova/Termo de Cajazeiras, Paraíba, 1876.

Processo_1876_(3)processo(1)(CaixaAzul_1867)

Inventário de Anna Maria Bizerra casada com o defunto Bernardo Jose da Costa, requerido por Francisco Nunes d'Almeida, genro da inventariada.

7. Inventário de Josefa Candida Beserra

Cajazeiras, Paraíba, 1876.

Processo_1876_DOC 2(CaixaAzul_1867)

Inventário de Josefa Candida Beserra, requerido pelo irmão da inventariada e tio da herdeira órfã Maria, Francisco Beserra de Sousa.

1877

1. Inventário de Antonio Leite Fonseca

Cajazeiras, Paraíba, 1877.

Processo #:1877(CaixaCinza_1883)

Inventário de Antonio Leite Fonseca. O processo encontra-se incompleto, mas consta a informação de que o mesmo inventariante é cônjuge de Josefa Maria do Carmo.

2. Nulidade de partilha do inventário de Antonio Leite Fonseca

Cajazeiras. Paraíba. 1877.

Processo #:1877(CaixaCinza_1883)

Solicitação da Nulidade de partilha do inventário de Antonio Leite Fonseca movido contra o senhor José Pereira e sua mulher Dona Jusepha Maria do Carmo, em virtude de um escravo que foi adicionado ao monte mas não pertencia ao inventariado.

1878

1. Inventário de Maria Francisca da Conceição Gonçalo Correia de Meneses

Cajazeiras, Paraíba, 1878 [?].

Processo_1878(CaixaAzul_1873.1938)

Inventário de Gonçalo Correia Meneses e Maria Francisca da Conceição, requerido por João Maria de Sousa, cônjuge de Maria Joaquina do Sacramento, filha do casal.

1879

1. Inventário de Isalina Felinto D'Albuquerque Cartaxo

Cajazeiras, Paraíba, 1879.

Processo_1878(CaixaAzul_1873.1938)

Inventário de Isalina Felinto D'Albuquerque Cartaxo, requerido pelo seu esposo Envígio Emiliano de Couto Cartaxo.

1880

1. Inventário de Manoel Eufrázio de Sousa e sua mulher Maria Custodia de Jesus

Cajazeiras, Paraíba, 1880.

Processo_1880_(2)processo_(CaixaAzul_1873.1938)

Inventário de Manoel Eufrázio de Sousa e Maria Custodia de Jesus, requerido por Henrique de Souza Oliveira, filho do casal.

2. Inventário de Inventário de Antonio Lins de Albuquerque

Cajazeiras, Paraíba, 1880.

Processo_1880_(CaixaCinza_1883)

Inventário de Antonio Lins de Albuquerque, requerido por Antonio Lira de Albuquerque, no processo não há informações precisas sobre a data de início do processo, nem sobre o parentesco do inventariante.

3. Inventário de Inventário de José Pereira Cunha

Cajazeiras, Paraíba, 1880.

Processo_1879_(2)processo(CaixaAzul_1873.1938)

No processo não consta informações sobre o inventariante. No entanto, a esposa do inventariado é identificada no processo como a senhora Avelina Maria de Jesus

4. Inventário de Dona Anna Rosa do Espirito Santo

Cajazeiras, Paraíba, 1880.

Processo_1880_sem nr_(2)(CaixaAzul_1873.1938)

Inventário de Anna Rosa do Espirito Santo, requerido por Antonio Lins D'Albuquerque, cônjuge da inventariada, a mesma faleceu em 12 de julho de 1879.

5. Inventário de Dona Antonia Jacyntha de Jesus

Cajazeiras, Paraíba, 1880.

Processo_1880_sem nr_(CaixaAzul_1873.1938)

Inventário de Dona Antonia Jacyntha de Jesus, requerido por Antonio Lins de Albuquerque, viúvo da inventariante.

6. Inventário de Dona Maria Francisca de Carvalho

Cajazeiras, Paraíba, 1880.

Processo_1880_sem nr(3)(CaixaAzul_1873.1938)

Requerido por Damião Antônio de Abreu, viúvo da inventariada, a mesma faleceu em 28 de junho de 1878.

7. Inventário de Lourenço Alves da Silva e Manuela Maria da Conceição

Cajazeiras, Paraíba, 1880.

Processo_1880_(1)processo_(CaixaAzul_1873.1938)

Requerido por Justino Alves da Silva, filho do casal.

8. Inventário de Mariano Gomes d'Albuquerque

Cajazeiras, Paraíba. 1880.

Processo_1880_8processo_(CaixaAzul_1851.1883)

Inventário de Mariano Gomes d'Albuquerque, requerido por Dona Delfina de Jesus do Espírito Santo, sua viúva.

9. Inventário de Bernadino José Ferreira

Cajazeiras, Paraíba, 1880.

Processo_1880_semnr_(1)(CaixaAzul_1873.1938)

Requerido por Dona Anna Jozefa d'Alexandria, sua viúva. O inventariado faleceu em 08 do mês de dezembro de 1879.

1881

1. Inventário de Dona Ana Maria Gonçalves do Espírito Santo

Cajazeiras, Paraíba. 1881.

Processo_1881_21processo.

Inventário de Dona Ana Maria Gonçalves do Espírito Santo, requerido pelo seu viúvo, Antonio Alves Beserra.

2. Inventário de Antonio Lins de Albuquerque

Cajazeiras, Paraíba, 1881.

Processo_1881_26processo(CaixaCinza_1883)

Inventário de Antonio Lins de Albuquerque, requerido pelo seu filho, também nomeado Antonio Lins de Albuquerque.

3. Inventário de Antonio Lins de Albuquerque

Cajazeiras, Paraíba. 1881.

Processo_1881_27processo(CaixaAzul_1860)

Juntada sobre o inventário de Antonio Lins de Albuquerque, tem como advogado Claudino Francisco d' Araujo Guarita, constam algumas informações sobre os bens do inventariado e sobre dívidas de alguns de seus herdeiros.

1882

1. Inventário de Maria do Rosário Leite

Sítio Aroeiras, Cajazeiras, Paraíba, 1882.

Processo_1882_9processo(CaixaCinza_1851.1883)

Inventário de Maria do Rosário Leite, falecida em 2 de janeiro de 1882. Requerido por seu viúvo, de 39 anos, Antonio Caetano Leite.

2. Inventário de Cosme Gomes de Brito Guerra e Maria Isabel do Espirito Santo

Cajazeiras, Paraíba. 1882.

Processo_1882_11processo(CaixaCinza_1851.1883)

Inventário de Cosme de Brito Guerra e Maria Isabel do Espirito Santo, requerido por João Alexandre de Albuquerque, genro do casal.

1883

1. Inventário de Dona Josefa Dina do Couto Cartaxo

Cajazeiras, Paraíba, 1883.

Processo_1883_19processo(CaixaCinza_1851.1883)

Inventário de Dona Josefa Dina do Couto Cartaxo, requerido pelo seu cônjuge Luis da França Biserra.

2. Inventário de Simão de Nantua Cearense e Luzia de Tal

Cajazeiras, Paraíba, 1883.

Processo_1883(6)(CaixaCinza_1851.1883)

Inventário de Simão de Nantua Cearense e Luiza de Tal, requerido por Jose Herminio Leite, filho de Luisa de Tal.

3. Inventário de Manoel de Sousa Teixeira

Cajazeiras, Paraíba, 1883.

Processo_1883(6)(CaixaCinza_1851.1883)

Inventário de Manoel de Sousa Teixeira, requerido por Raymunda Maria do Espírito Santo, cônjuge e cabeça de casal. Tem como tutor Francisco Alves de Oliveira.

4. Inventário de Victorino Gomes Leitão

Cajazeiras, Paraíba, 1883.

Processo_1883_5(CaixaCinza_1851.1883)

Inventário de Victorino Gomes Leitão, ao qual era agricultor. Requerido pela sua ex-mulher Carolina Vieira de Sousa.

5. Inventário de Dona Antonia Rolim de Albuquerque

Cajazeiras, Paraíba, 1894.

Processo#: 1883(2)(CaixaCinza_1851.1883)

Inventário requerido pelo cunhado e inventariante Duarte Antonio Cardoso.

6. Inventário de Dona Lucina Maria de Jesus

Cajazeiras, Paraíba, 1885.

Processo#: 1883(2)(CaixaCinza_1851.1883)

Inventário requerido pelo inventariante e cabeça de casal de D. Lucina Maria de Jesus, João de Sousa Nogueira.

7. Inventário de Dona Delfina de Jesus do Espírito Santo

Cajazeiras, Paraíba, 1895.

Processo#: 1883(2)(CaixaCinza_1851.1883)

Inventário requerido pelo inventariante Pe. Manoel Mariano, que vinha a ser filho de Dona Delfina de Jesus do Espírito Santo.

8. Processo crime

Cajazeiras, Paraíba, 1883.

Processo#: 1883(4)(CaixaCinza_1851.1883)

O processo crime gira em torno de uma luta travada entre o ofensor Bemvindo José de Sousa e o ofendido Serafim Biserra de Sousa, sendo este enteado do irmão do ofensor, Bemvenuto Biserra de Sousa. O fato criminoso executado por Bemvindo foi um golpe de foice no ofendido.

1884

1. Inventário de Francisco Beserra de Sousa

Cajazeiras, Paraíba, 1884. 455 páginas manuscritas.

Processo 1884_.

Inventário requerido por sua mãe D. Anna Beserra de Sousa. Constam os termos do mesmo e a partilha.

2. Inventário de Antonio Quirino de Souza

Cajazeiras, Paraíba, 1895. 15 páginas manuscritas.

Processo 1895_ sem nr(CaixaAzul_1873.1938)

Inventário amigável realizado entre Anna Maria de Jesus e Maria Durçulina Cavalcante dos bens deixados por seu falecido marido e filho, respectivamente.

3. Sumário de culpa de Antonio José Pereira

Cajazeiras, Paraíba, 1895. 106 páginas manuscritas.

Processo_1895_(1)processo(caixaCinza_1865)

Auto de summario de culpa pelo crime de ofensa física cometido contra Genoveva Augusta de Mello (Cônjuge do ofensor).

4. Sumário de culpa de Manoel Luis de Moraes

Cajazeiras, Paraíba, 1884.

Processo_1884(CaixaCinza_1855.1886)

Auto de Sumário de culpa, pelo crime de ofensa física cometido por Manoel Luis de Moraes, contra Dona Theresa Maria de Jesus. O réu no momento do processo desempenhava a função de agricultor e tinha 18 anos.

1885

1. Partilha dos bens de Antonio Francisco dos Santos

Cajazeiras, Paraíba, 1885.

Processo_1885_(1)processo(CaixaAzul_1873.1938)

Partilha dos bens de Antonio Francisco dos Santos, requerida de forma amigável por Antonio Saterio dos Santos, Joaquim Antonio d'Andrade, Anna Maria de Jesus e Vicente Ferreira dos Santos, filhos e genros do finado

2. Flagrante de delito contra José Teixeira dos Santos

Cajazeiras, Paraíba, 1885.

Processo_1885_12processo(CaixaCinza_1851.1883)

Flagrante de delito contra José Teixeira dos Santos, ao qual foi cometido por Maximiano José Fedelis. Segundo o ofendido, a agressão aconteceu porque o agressor chegando em sua casa ofendeu a sua mulher presente Maria Flor e ele disse que não queria esse tipo de conversa em sua casa e por essa razão foi agredido.

3. Inquérito policial sobre a fuga do preso Manoel José Damasceno

Cajazeiras, Paraíba, 1885.

Processo_1885(4)(CaixaCinza_1855.1886)

Inquerito policial sobre a fuga de Manoel José Damasceno, réu que se havia recolhido a cadeia publica desta Cidade, para responder a julgamento dos crimes de morte e ferimento graves

1886

1. Testamento de Theresa Maria de Jesus

Cajazeiras, Paraíba, 1886.

Processo_1886_(1)processo(CaixaCinza_1913)

Testamento de Theresa Maria de Jesus, que notifica como testamenteiro, seu esposo Vicente Ferreira Lima.

2. Livro de atas judiciais

Cajazeiras, Paraíba, 1886.

Processo_1886_(CaixaCinza_1874.1890)

Livro de atas judiciais que vão do ano de 1886 a 1888

3. Livro de Termos de Juramento

Cajazeiras, Paraíba, 1886.

Processo_1886_12processo(CaixaAzul_1860)

Livro de Termos de Juramento, que tem como juiz responsável João Ferreira Mendonça Pinto.

1887

1. Inventário de Maria da Conceição

Cajazeiras, Paraíba. 1887.

Processo_1887_(1)processo(CaixaAzul_1873.1938)

Inventário de Maria da Conceição, requerido por José Vicente de Castro, cônjuge de uma das herdeiras da inventariante.

2. Processo de doação realizada por Dona Anna Biserra de Sousa

Cajazeiras, Paraíba, 1887.

Processo_1887_21processo(CaixaCinza_1855.1886)

Processo de doação realizada por Dona Anna Biserra de Sousa, moradora do Sítio Alagoinha/Cajazeiras, ao donatário, Pedro de Lavor Pais Barretto, sendo este cônjuge da sua neta Maria Candida Beserra de Lavor.

3. Processo de escrituras públicas de compra e venda de escravos

Cajazeiras, Paraíba. 1887.

Processo_1887(.)(CaixaCinza_1883)

Processo de compra e venda de escravos. Constam três transações realizadas no dito ano, a primeira feita entre Custodio Lino Pires e Umbelino Antonio da Costa Leitão, a segunda entre Francisco Antonio de Albuquerque Mello (com produtor Luis Ambrosio Pereira Panchet) e João Ferreira Pinto de Mendonça (sogro de Custodio Lino Pires) e a terceira entre Manoel Alves Bezerra (morador da povoação de São José de Piranhas) e Francisco Bezerra de Souza.

1888

1. Inventário de Maria da Conceição

Cajazeiras, Paraíba, 1888.

Processo_1888_(1)processo(CaixaAzul_1873.1938)

Inventário de Oligntho Alves de Oliveira, requerido pela sua esposa Bernadina Maria da Conceição. Há uma órfã, de nome Senhora, com 8 meses de idade, que aparece como herdeira no processo.

2. Livro de audiências

Cajazeiras, Paraíba, 1888.

Processo_1888_(2)processo(CaixaCinza_1855.1886)

Livro de Audiências que teve início em 19 de dezembro de 1888 e seu fim em 22 de maio de 1889.

3. Autos de justificação

Cajazeiras, Paraíba, 1888.

Processo_1888_(4)processo(CaixaCinza_1855.1886)

Autos de Justificação requerido por Antonio Alves Biserra. Há informações no processo sobre os orfãos José e Maria, filhos do justificante, e a mãe falecida destes, Antonia Maria do Espirito Santo.

4. Doação realizada por João Baptista da Silva e D. Anna Francisca de Albuquerque

Cajazeiras, Paraíba, 1888.

Processo_1888_(9)processo (caixaCinza_1865)

Doação realizada por João Baptista da Silva e D. Anna Francisca de Albuquerque, à Nasario David de Sousa Rolim, enteado e filho do casal.

5. Processo crime por agressão contra Antonio Alexandre da Crús Govêa

Cajazeiras, Paraíba, 1888.

Processo_1888_26processo (CaixaCinza_1855.1886)

Processo crime por agressão contra Antonio Alexandre da Crús Govêa e um dos principais autores, Adrelino, também já tinha sido acusado de dar uma facada em Nestou Domingo Salgado Guarita na casa do comércio.

6. Processo crime por agressão contra Antonio Alexandre da Crús Govêa

Cajazeiras, Paraíba, 1888.

Processo_1888_42processo (CaixaCinza_1855.1886)

Prestação de contas realizada por Sabino de Sousa, como curador do interdito Isidro Biserra de Sousa.

7. Embargo feito por José Joaquim Leite Bastos

Cajazeiras, Paraíba, 1888.

Processo_1888_DOC.2(CaixaCinza_1874.1890)ilegivel]

Processo de embargo solicitado por José Joaquim Leite Bastos, por dívida de Alexandre Alves Mangabeira, na quantia de 892\$919.

8. Ação de reivindicatória

Cajazeiras, Paraíba, 1888.

Processo_1888(CaixaCinza_1874.1890)

Ação de reivindicatória movida por Ana Alves Pequeno e seu advogado.

9. Processo por crime de assassinato Paulo Domingos

Cajazeiras, Paraíba, 1888.

Processo_1888(CaixaCinza_1874.1890)

Processo por crime de assassinato de Paulo Domingos - conhecido como Paulo Caraca, cometido por Joaquim Hermino Leite. Tendo como mandante Avelino Leopoldino de Couto Cartaxo.

10. Auto de Casamento civil

Cajazeiras, Paraíba, 1888.

Processo_1886(CaixaCinza_1855.1886)

Auto de casamento civil que fazem os contratantes João Biserra de Aquino, 27 anos de idade, Filho de Francisco Firmino de Aquino e Joana Morpeus do Nascimento e Dona Raymunda Ferreira da Silva, 20 anos, filha de Vicente Ferreira da Silva e Dona Maria Ferreira da Silva.

1889

1. Inventário de José Fransico da Cunha

Comarca de Cajazeiras, Paraíba, 1889.

Processo#: 1889_ sem nr(CaixaAzul_1873.1938)_

Inventário solicitado pela inventariante Ignácia Bernadina de Jesus Coelho, cônjuge do inventariado.

2. Inventário de Dona Felirmina Maria do Amor Divino

Comarca de Cajazeiras, Paraíba, 1889.

Processo#: 1889_(1)processo(CaixaAzul_1873.1938)_

Inventário solicitado pelo meeiro e inventariante Antonio de Sousa Rolim.

3. Petição para justificação de perda de título eleitoral

Comarca de Cajazeiras, Paraíba, 1889.

Processo#: 1889_(1)processo(CaixaAzul_1876)_

Processo para justificação de perda de título eleitoral do cidadão Antonio da Silva Brazil, natural de São José de Piranhas, e solicitação de um novo título.

4. Auto de Corpo de Delito

Cajazeiras, Paraíba, 1889.

Processo#: 1889_(4)processo(CaixaCinza_1855.1886)_

Processo incompleto sobre um auto de corpo de delito realizado em Justina Bezerra de Sousa.

5. Prestação de contas de tutela

Cajazeiras, Paraíba, 1889.

Processo#: 1889_37processo(CaixaCinza_1855.1886)

Prestação de contas de tutela do tutelado Joaquim, por seu tutor Vitalino José do Couto Cartaxo. O tutelado mora na casa de sua mãe Anna Antonia do Couto Cartaxo, casada em segunda núpcias com Heggino Gonçalves Sabino Rolim.

6. Auto de Corpo de Delito

Cajazeiras, Paraíba, 1889.

Processo#: 1889_29processo(CaixaCinza_1855.1886)_

Processo de auto de corpo de delito no ofendido Justino Bezerra de Sousa.

7. Inventário de Manoel Gomes Benevides

Cajazeiras, Paraíba, 1889.

Processo#: 1889(CaixaAzul_1873.1938)_

Inventário do delegado de polícia Manoel Gomes Benevides. solicitado pela inventariante e cônjuge Dona Anna Alves Pequena.

1890

1. Auto de Inquérito Policial

Cajazeiras, Paraíba, 1890.

Processo#: 1890_(1)processo(CaixaCinza_1913)_

Auto de inquérito policial provocado por ofensas e contusões feitas a pessoa de Joaquim (sobrenome ilegível).

2. Autuação de petição de licença para casamento

Cajazeiras, Paraíba, 1890.

Processo#: 1890_(2)processo(CaixaCinza_1913)

O requerente Joaquim de Sousa Lima veio pedir licença grátis para casar-se com Jovina Maria da Conceição, devido a ser órfão de pai e mãe e ser menor de idade.

3. Carta precatória - Crime de Morte

Villa de São José de Piranhas, termo da Comarca de Cajazeiras, Paraíba, 1890.

Processo#: 1890_15processo(CaixaCinza_1851.1883)_

Carta precatório do réu José Barbosa de Lira pela razão de um crime de morte.

4. Inventário de Antonio Lins de Albuquerque

Cajazeiras, Paraíba, 1890.

Processo#: 1890_15processo(CaixaCinza_1851.1883)_

Ficha composta apenas com o que toca os herdeiros na partilha.

5. Processo crime contra Esperidião de Sousa Cavalcante

Cajazeiras, Paraíba, 1896

Processo#: 1890_39_

A razão da ofensa e ferimentos se deu por uma discordância durante um jogo, em que Joaquim Bandeira de Tal e Joaquim Pinto de Tal teriam ferido o ofendido Esperidião de Sousa Cavalcante com um facão.

6. Auto de Crime contra Izidro Bezerra de Sousa

Cajazeiras, Paraíba, 1890.

Processo#: 1890_51processo(CaixaCinza_1855.1886)_

7. Processo de possível irregularidade e prejuízo de inventário

Cajazeiras, Paraíba, 1890.

Processo#: 1890(CaixaCinza_1851.1883)_

Processo movido pelos herdeiros Agostinho [ilegível] Silveira e Manoel Cesário de Menezes.

1891

1. Inventário de Quirino José de Sousa

Cajazeiras, Paraíba, 1891.

Processo_1891_processo(CaixaAzul_1873.1938).

Inventário de Quirino José de Sousa, feito de forma amigável e convencional, requerido por Maria Dorsulina Cavalcante e filhos herdeiros. O processo tem como louvados João de Souza Maciel e Henrique de Souza Oliveira.

2. Ação Civil ordinária movida por Dona Anna Alves Piqueno

Cajazeiras, Paraíba, 1891.

Processo_1891_sem nr(2).

Ação civil ordinária movida por Dona Ana Alves Piqueno, viúva de Manoel Gomes Benevides, com o intuito de intimar José de Souza Barretto e sua mulher Dona Ignacia Theophila de Farias acerca da justificação sobre bens de raiz.

1892

1. Inventário de José Gomes da Silva

Comarca de Cajazeiras, Paraíba, 1892.

Processo #: 1892_ sem nr(CaixaAzul_1873.1 938)_

Inventário solicitado pela inventariante Justina Maria da Conceição, cônjuge do inventariado José Gomes da Silva.

2. Inventário de Joaquim Antonio do Couto Cartaxo

Comarca de Cajazeiras, Paraíba, 1892.

Processo#: 1892_(1)processo(CaixaAzul_1873.1938).

Inventário solicitado pela inventariante Dona Maria Oliveira da Glória, cônjuge do inventariado Joaquim Antonio do Couto Cartaxo.

3. Inventário de Antonio Lins de Albuquerque

Comarca de Cajazeiras, Paraíba, 1892.

Processo#: 1897_ sem nr(CaixaCinza_1851.1883)

Inventário solicitado pela inventariante Dona Joaquina Maria de Jesus, cônjuge do inventariado Antonio Lins de Albuquerque.

1893

1. Inventário de Manoel Vicente Lyra

Cajazeiras, Paraíba, 1893.

Processo_1898_85processo(CaixaAzul_1860).

Inventário de Manoel Vicente Lyra, requerido por Maria Antonia da Conceição. A partilha se dá de forma amigável entre a inventariante e José Vicente de Castro, pai do falecido

2. Auto de corpo de delito em Pedro Porto

Cajazeiras, Paraíba, 1893.

Processo_1893_(1)processo(CaixaCinza_1913).

Auto de corpo de delito realizado em Pedro Porto. O processo está incompleto, e junto dos autos encontram-se escrituras de compra e venda de imóveis.

3. Seção civil sobre bens de raiz requerida por Ana Alves Piqueno

Cajazeiras, Paraíba, 1893.

Processo_1893_sem nr.

Seção civil sobre bens de raiz requerida por Ana Alves Piqueno e tem como constituintes José de Sousa Barretho e sua mulher Dona Ignacia Theophila de Farias.

1894

1. Sumário de Culpa por crime contra Antonia Alexandre de Albuquerque

Cajazeiras, Paraíba, 1894.

Processo_1894_(1)processo(2)(CaixaCinza_1913).

Sumário de culpa por crime cometido contra Antonia Alexandre de Albuquerque, de apenas 17 anos, pelos réus Vicente Alexandre de Albuquerque e Francisco de Tal.

2. Denúncia de crime cometido por Maria José do Espirito Santo

Cajazeiras, Paraíba. 1894.

Processo_1894_(1)processo(CaixaAzul_1873.1938).

Denúncia de crime cometido por Maria José do Espirito Santo, que se caracteriza como uma ofensa física contra Josepha Maria de Jesus, filha de Alexandre Alves de Oliveira.

3. Crime de ofensa física cometido contra Serafim Gago

Cajazeiras, Paraíba, 1894.

Processo_1894_(3)processo(2)(CaixaCinza_1913).

Crime de ofensa física cometido contra Serafim Gago, por Sabino de Tal.

4. Crime de ofensa física cometido contra Joaquim Rodrigues Pageú

Cajazeiras, Paraíba, 1894.

Processo_1894_(4)processo(2)(CaixaCinza_1913).

Crime de ofensa física cometido contra Joaquim Rodrigues Pageú, por Duarte Antonio de Lacerda. O ofendido era filho de Francisco Rodrigues do Nascimento Pageú.

5. Embargo e apelação que tem como réu João Bandeira de Melo

Cajazeiras, Paraíba, 1984.

Processo_1894_(5)processo(2)(CaixaCinza_1913)

Processo de embargo e apelação que tem como devedor João Bandeira de Melo e credor Manços Valente Cavalcante Companhia, na cidade de Mossoró, Rio Grande do Norte. O valor da dívida é 1:728\$682, no entanto o suposto réu diz que a mesma não é sua.

6. Inventário de Dona Rita Maria de Jesus

Cajazeiras, Paraíba, 1894.

Processo_1894(CaixaCinza_1851.1883)

Inventário de Dona Rita Maria de Jesus, feito em forma de uma partilha amigável pelos seus herdeiros.

7. Roubo praticado Por José Pedro e João Rodrigues

Cajazeiras, Paraíba, 1894.

Processo_1894(3)(CaixaCinza_1883)

Roubo praticado por José Pedro e João Rodrigues, são destacados como réus José Pedro de Tal e João Rodrigues de Tal. O processo encontra-se incompleto.

1895

1. Inventário de Antonio Quirino de Souza

Cajazeiras, Paraíba, 1895.

Processo_1895_ sem nr(CaixaAzul_1873.1938)

Inventário de Antonio Quirino de Sousa, requerido por Anna Maria de Jesus, sua esposa e inventariante e Maria Durçulina Cavalcante, mãe do falecido.

2. Sumário de culpa de Antonio José Pereira

Cajazeiras, Paraíba, 1895.

Processo_1895_(1)processo(caixaCinza_1865)

Sumário de culpa por crime de ofensa física cometido por Antonio José Pereira, contra sua cônjuge Genoveva Augusta de Mello.

3. Ação civil que tem como autor Antonio Augusto Ferreira de Moraes

Cajazeiras, Paraíba, 1895.

Processo_1895_6processo(CaixaCinza_1855.1886)

Ação civil que tem como autor Antonio Augusto Ferreira de Moraes, e como réu José Gomes dos Santos Morador no Riacho do Bolceiro, em Cajazeiras.

4. Flagrante de Delito cometido por Telemaco Estolano de Sousa

Cajazeiras, Paraíba, 1895.

Processo_1895_32 processo(CaixaAmarela_1864.1865)

Flagrante de delito cometido por Telemaco Estolano de Sousa, contra Benjamim Constant Biserra. O réu era artista, sabia ler e tinha 14 anos, já o ofendido 50 anos, casado, natural da Villa do Apodi, Rio Grande do Norte. O motivo do crime se dá pela ida do réu a casa da vítima armado com faca.

5. Petição de Justificação da herança de Dona Anna Biserra de Sousa

Cajazeiras, Paraíba. 1895.

Processo Processo(Caixa Amarela 1864.1865)

Petição de Justificação de herança de Dona Anna Biserra de Sousa, requerida por Pedro de Lavôr Paes Barrêto, cônjuge de Maria Candida Biserra, neta da requerida. O requerente aparece como administrador dos bens de sua mulher.

6. Denúncia contra Saturnino Gomes Duarte

Cajazeiras, Paraíba. 1895.

Processo_1895_37processo

Denúncia contra Saturnino Gomes Duarte, feita por Manoel Cypriano de Souza, em virtude de uma briga entre os envolvidos com empurrões e uma facada, por motivo de ter o ofendido faltado com respeito a duas senhoras casadas, então Saturnino Gomes repreendeu a ação.

7. Crime de defloramento contra Anna Martina dos Santos

Cajazeiras, Paraíba, 1895.

Processo_(2)(CaixaAmarla_1864.1865)

Crime de defloramento contra Anna Martina dos Santos, ao qual foi cometido por Manuel Pinheiro Torres. Nos autos constam que a mesma se encontrava grávida de nove meses e que a relação aconteceu segundo ameaça do agressor. **Img 3859:** *“Saciados os seus instintos depravados, o denunciado, desconfiando que na victima se achava gravida, amentouse deixando aquella pobre e honesta familia, a vergonha e a prostituição”*

8. Auto de Corpo de Delito

Cajazeiras, Paraíba, 1895.

Processo_1895(2)(CaixaCinza_1855.1886)

Auto de corpo de Delito por crime cometido contra Serafim José Suares - Serafim Gago, por José Thomas.

9. Auto de Corpo de Delito

Cajazeiras, Paraíba, 1895. Processo_1895(CaixaAzul_1873.1938)

Auto de Corpo de Delito por crime cometido contra Vicente Alexandre d' Albuquerque por Antônio de Tal

1896

1. Auto de Summario de Culpa

Cajazeiras, Paraíba, Comarca de Sousa, 1896.

Processo #:1896_(1)processo(2)(CaixaAzul_1876)

Summario de culpa movida pelo ofendido Joaquim Ferreira Lima (Joaquim Passarinho) contra José Antonio Rodrigues (réu).

2. Auto de Petição

Cajazeiras, Paraíba, Comarca de Sousa, 1896.

Processo#:1896_(1)processo(CaixaAzul_1876)

Petição para a devolução de uma vaca do autor Salviano Severino de Sousa contra o réu Ricarte Ferreiro, que não queria devolver.

3. Corpo de Delito

Cajazeiras, Paraíba, Comarca de Sousa, 1896.

Processo#: 1896_(2)processo(caixaCinza_1865)

Movido por Francisco de Sousa Viriato (Francisco Pé-torto) (Negro Chico pé-torto) contra Sargento da polícia, o Demétrio Gomes de Sá, justificado pela tentativa do sargento se apossar da companheira do ofendido.

4. Autuamento de Petição

Cajazeiras, Paraíba, Comarca de Sousa, 1896.

Processo #: 1896_(6)processo(caixaCinza_1865)

Processo movido por Manoel Gonçalves de Jesus (requerente) contra Joaquim Freires (requerido), pelo mesmo estar devendo a quantia de 54\$000 tomado por empréstimo.

5. Autos de uma acção

Cajazeiras, Paraíba, Comarca de Sousa, 1896.

Processo #: 1896_27processo(CaixaCinza_1851.1883)

O processo refere-se a uma invasão nas terras do embargante, Antonio José de Bethlém e este pede o pagamento por elas.

6. Sumário de Culpa

Cajazeiras, Paraíba, Comarca de Sousa, 1896.

Processo #: 1896_3processo(CaixaAmarla_1864.1865)

Movida contra os dois réus Pedro José da Silva e Pedro de Lavôr Paes Barreto, motivado por briga entre ambos.

7. Corpo de Delito

Cajazeiras, Paraíba, Comarca de Sousa, 1896.

Processo #: 1896_processo(CaixaCinza_1883)

Ofendido: José Teixeira dos Santos.

8. Inventário Post-Mortem de Dona Idalina Maria de Jesus

Cajazeiras, Paraíba, 1896.

Processo #: 1896_sem nr

Inventário movido por Justino Pereira de Sousa (inventariante) da inventariada Dona Idalina Maria de Jesus, ausência de testamento.

9. Autuamento de Petição de Laurindo Alves Pedrosa

Cajazeiras, Paraíba, Comarca de Sousa, 1896.

Processo #: 1896_sem nr(2)

A petição trata da morte de quatro porcos que destruíram a roça do requerido, Beijamim Constant Biserra.

10. Carta Precatória de Raymundo José de Alencar

Cajazeiras, Paraíba, 1896.

Processo #: 1896(_)(CaixaCinza_1883)

Movida contra o réu Pedro José de Figueiredo, expedida em Cajazeiras e enviada para Feira de Várzea Alegre, Comarca de Iguatu, Ceará.

11. Inventário Post-mortem do Padre Manoel Mariano de Albuquerque

Cajazeiras, Paraíba, 1896.

Processo #: 1896(CaixaCinza_1851.1883)

Inventário post-mortem solicitado pelo inventariante David Gomes de Albuquerque, irmão do inventariado Manoel Mariano de Albuquerque.

1897

1. Crime de defloramento contra Joanna Francisca da Conceição

Cajazeiras, Paraíba, Comarca de Sousa, 1897.

Processo #: 1894(2)(CaixaCinza_1851.1883)

Processo de crime de defloração contra a ofendida Joanna Francisca da Conceição, tendo como réu o Sabino de Lyra Souza (conhecido por Sabino Paula).

2. Inventário Post-mortem de Antonio Martins de Oliveira e Joanna Pereira de Alencar

Inventário elaborado pelo inventariante Alexandre Pereira de Alencar, o qual é filho dos inventariados Antonio Martins de Oliveira e Joanna Pereira de Alencar.

1898

1. Crime contra Maria Francisca da Conceição

Cajazeiras, Paraíba, 1898.

Processo_1898_(1)processo(CaixaCinza_1913)

Crime contra Maria Francisca da Conceição, praticado por Andrelino José dos Santos. A agressão aconteceu quando a ofendida voltava de uma novena.

2. Arrolamento dos bens de João Pereira de Sousa Guerra

Cajazeiras, Paraíba, 1898.

Processo_1898_5processo(CaixaAzul_1860)

Arrolamento dos bens de João Pereira de Sousa Guerra, ou Theodoro de Tal, requerido por João Martins Guerra. O inventariado não possuía filhos e nem era casado.

3. Ação movida por Dona Joaquina de Jesus

Cajazeiras, Paraíba, 1898.

Processo_1898_8processo(CaixaCinza_1851.1883)

Ação movida por Dona Joaquina de Jesus, contra Arcenio Heraclito de Maria Araruna, em virtude da utilização indevida feita pelo mesmo, de uma roça da autora, para a criação de gado.

4. Inventário de Antonio Gonçalves de Sousa

Cajazeiras, Paraíba, 1898.

Processo #:1898_19processo(CaixaAzul_1860)

Inventário de Antonio Gonçalves de Sousa, requerido por sua viúva Dona Joanna Maria da Piedade. O processo é realizado de forma amigável pela inventariante e pela herdeira e também mãe do falecido, Ana Maria de Sousa.

5. Justificação de terras feita por João Marianno d' Oliveira

Cajazeiras, Paraíba. 1898.

Processo_1898_processo(CaixaCinza_1903.1906)

Justificação de terras feita por João Marianno d'Oliveira. Consta no processo mapas da propriedade e algumas folhas do Jornal "A União".

1899

1. Inventário de Antonio Gomes de Sousa

Sítio Catingueira, Cajazeiras, Paraíba, 1899.

Processo #: 1899_(1)(CaixaAzul_1867)

Auto de partilha amigável solicitada pela inventariante Josefa Maria da Conceição, cônjuge de Antonio Gomes de Sousa, tendo como arrego Agostinho de Sousa Oliveira.

2. Inventário de Sabino Gonsaga de Sousa e Rosalina Maria de Nasareth

Cidade de Cajazeiras, comarca de Sousa, Paraíba, 1899.

Processo #: 1899_(1)processo(4)(CaixaAzul_1867)

Auto de partilha amigável solicitada pelos herdeiros dos inventariados, genros e filhos do casal inventariado.

1900

1. Processo de partilha amigável

Comarca de Cajazeiras, Paraíba, 1900.

Processo#: 1900_(1)processo(CaixaAzul_1873.1938)

Processo de partilha amigável da falecida Quitéria Francisca da Penha.

2. Processo de partilha amigável

Comarca de Cajazeiras, Paraíba, 1900.

Processo#: 1900_(2)processo(CaixaAzul_1873.1938)

Processo de partilha amigável do bens do inventariado João de Sousa Ferras, solicitado pela inventariante e cônjuge, Dona Antonia Maria da Conceição.

3. Processo de partilha amigável

Cajazeiras, Paraíba, 1900.

Processo#: 1900_(3)processo

Processo de partilha amigável dos bens dos inventariados Alexandra Beserra de Sousa e Maria Josefa de Jesus, falecidos em 1898 e 1897, respectivamente, e processo solicitado pelo inventariante Joaquim Beserra de Sousa.

4. Inventário de Antônio Caetano Leite

Cajazeiras, Paraíba, 1900.

Processo#: 1900_(4)processo(CaixaAzul_1873.1938)

Processo solicitado pela inventariante Francisca Maria de Jesus, cônjuge do inventariado Antônio Caetano Leite.

5. Inventário João da Cruz Albuquerque

Cajazeiras, Paraíba, 1900.

Processo#: 1900_sem nr(3)

Processo solicitado pela inventariante Dona Thêresa Maria de Jesus, cônjuge do inventariado João da Cruz Albuquerque.

1901

1. Requerimento de vistoria

Cajazeiras, Paraíba, 1901.

Processo #: 1891_sem nr(CaixaCinza_1901.1902)

Requerimento de vistoria pelo Capitão Joaquim Gonçalves de Mattos Rolim após um roubo ser realizado em seu estabelecimento comercial.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Ana Cecília de. FREITAS, Antônio de Pádua Santiago de. **“Dona”, viúva e “cabeça de casal”: mulheres administradoras de bens nos sertões de Quixeramobim, Ceará, Brasil (século XVIII)**. Revista de historiografia 26, 2017, pp. 85-106. Disponível em: <https://doi.org/10.20318/revhisto.2017.3700>.

BARCELLAR, Carlos. Fontes Documentais: Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi(org.). **Fontes Históricas**. 2.ed., São Paulo: Contexto: 2008.

TEIXEIRA, Adriano Braga. **Inventários *post-mortem*: possibilidades de pesquisa a partir de uma fonte plural**. Mal Estar e Sociedade - Ano V, n.8, Barbacena - janeiro/junho 2012, p. 63-83.

SOBRE OS AUTORES

Viviane Gomes de Ceballos

Professora Adjunto IV do Curso de Licenciatura em História do Centro de Formação de Professores , CFP/UFCG, Coordenadora do Projeto de Pesquisa "Cidade(s) Fragmentada(s): cultura material e conexões sociais em Cajazeiras, PB (1890-1910)" junto ao PIBIC/CNPq. Pesquisadora vinculada ao Centro Interdisciplinar de Estudos da Cidade CIEC/UNICAMP.

Ayrle Alves de Figueiredo

Graduanda do Curso de Licenciatura em História do Centro de Formação de Professores - CFP/UFCG, bolsista PIBIC/CNPq no projeto de pesquisa "Cidade(s) Fragmentada(s): cultura material e conexões sociais em Cajazeiras, PB (1890-1910)".

Ana Victória de Medeiros Oliveira

Graduanda do Curso de Licenciatura em História do Centro de Formação de Professores – CFP/UFCG, voluntária no projeto de pesquisa "Cidade(s) Fragmentada(s): cultura material e conexões sociais em Cajazeiras, PB (1890-1910)".

Everson Moura da Silva

Graduando do Curso de Licenciatura em História do Centro de Formação de Professores – CFP/UFCG, voluntário no projeto de pesquisa "Cidade(s) Fragmentada(s): cultura material e conexões sociais em Cajazeiras, PB (1890-1910)".

Hava Mariana de Oliveira Santana

Graduanda do Curso de Licenciatura em História do Centro de Formação de Professores – CFP/UFCG, voluntária no projeto de pesquisa "Cidade(s) Fragmentada(s): cultura material e conexões sociais em Cajazeiras, PB (1890-1910)".

ÍNDICE REMISSIVO

Cajazeiras.....	5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 45, 47, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76
Cidade	5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 16, 17, 18, 20, 21, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 33, 34, 36, 37, 38, 40, 54, 55, 56, 64, 71
Cultura material.....	5, 8, 10, 11, 13, 14, 16, 17, 18, 25, 26, 54, 55, 56
Documentação.....	8, 9, 10, 14, 17, 18, 19, 23, 24, 38, 39, 40, 46, 53, 54, 57
Espaço.....	5, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 14, 16, 17, 18, 20, 23, 27, 28, 29, 30, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 40, 45, 53, 54
Espaço urbano.....	27, 28, 33, 34, 35
Fonte histórica.....	13, 53, 54, 57
Grupos sociais.....	18, 19
Historiografia.....	5, 11, 13, 14, 32, 36, 37
Inventário.....	6, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 28, 34, 35, 39, 40, 45, 46, 48, 53, 54, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 65, 67, 68, 69, 70, 71, 74, 75
Inventários <i>post-mortem</i>	6, 8, 10, 13, 19, 25, 34, 46, 53, 54
Paleografia.....	11, 38, 39, 40, 41, 51, 57
Partilha.....	8, 10, 15, 18, 20, 38, 45, 47, 54, 57, 59, 63, 64, 68, 70, 71
Patrimônio.....	8, 11, 16, 17, 18, 19, 25, 26, 37
Processo.....	5, 8, 9, 10, 11, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 23, 27, 28, 30, 31, 32, 36, 37, 38, 40, 46, 53, 54, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74
Século XIX.....	6, 10, 12, 13, 18, 23, 25, 26, 27, 31, 33, 34, 36, 48, 58
Sertão paraibano.....	5, 11, 23, 28, 29, 30, 57
Vida material.....	12, 13

1876

Junio de un phariséo brito
Las Cruzas y

Alto de los santos

Quinta
de Santa

Inventario

Justino Ponce de Saver
Inventario

9 - Idalio - de un de Jesus

Alto de los santos

A los señores de milicias en
reserva a los señores
de este día de mes de Junio
de 8 to años, nros señores
de Cruzas y un número
de otros señores a justicia
que asienta de la guerra
de que faze este inventario
que está bien hecho y
así se va a hacer
reserva

ISBN 978-658909176-9



9 786589 091769